SEMINARIO

22 a 24.08.94

Desafios para o Desenvolvimento Urbano na Próxima Década

(22.08.94)

- Abertura

- Painel 1: - Os novos Desafios para o Denvolvimento Urbano

SEMINARIO

22 a 24.08.94

Desafios para o Desenvolvimento Urbano na Próxima Década

(22.08.94)

- Abertura

- Painel 1: - Os novos Desafios para o Denvolvimento Urbano

22.08.94

ABERTURA

A linha 1, tá OK?

Quem não tiver fone, tem que pegar lá fora na recepção.

Bem, como todos sabem, quer dizer receberam o programa, o Seminário é composto por 5 painéis.

Cada um desses painéis vai haver uma apresentação do tema por um palestrante.

Foi redigido um paper sobre o tema que consta nessa apostila que está na pasta do Seminário.

Após a apresentação do tema vai haver um debate, uma exposição de opiniões dos debatedores; cada um vai colocar sua opinião sobre o tema apresentado, também sua opinião sobre outros assuntos, outras abordagens.

Depois, o intervalo e, no retorno, vai ser aberto para colocação do Plenário. As perguntas deverão ser feitas por escrito, dirigidas aos debatedores.

Um moderador vai receber esse material, vai receber essas perguntas e ler para cada um dos debatedores responder.

Também é o seguinte, outra coisa importante: abrindo o espaço para a participação de todos que estão no Seminário, foi aberto um momento de comunicações, com agenda livre, onde cada

organização, cada instituição poderá apresentar alguma informação, ou algum estudo sistemático que tenha sobre o tema - Desenvolvimento Urbano.

Essas comunicações serão feitas no início e no final de cada dia e não serão abertas a debate; apenas uma comunicação, que deve ser feita em torno de 15 a 20', para o Seminário, sobre uma determinada posição e tal. Quer dizer, nós não vamos abrir um debate, senão comprometeria os painéis.

Para quem quiser apresentar sua comunicação, conforme está no folden, deve até hoje, até o final da cerimônia de abertura. Nós estaremos fazendo esse contato. Pode ser feito comigo, ou com a Suzan, alguém lá na recepção.

Vamos dar início à abertura.

Eu gostaria de chamar, para compor a Mesa, o Prefeito do Rio de Janeiro, César Maia.

Gostaria de chamar Raul Julgman, Secretário Executivo da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, representando o Ministro Beni Veras.

Gostaria de chamar Jackson Machado, Secretário do Desenvolvimento Urbano, do Ministério da Integração Regional, representando o Ministro Aluízio Alves.

E para compor esta cerimônia de abertura, eu gostaria de chamar o João Paulo de Andrade, Secretário de agricultura do estado do Rio de Janeiro, representando o governador Nilo Batista, do Rio de Janeiro.

Bem, dando início, eu gostaria de passar a palavra para o Prefeito César Maia.

FALA DO PREFEITO CÉSAR MAIA

- Muito obrigado.

Bom dia às autoridades presentes,às Srªs e aos Srºs.

É uma oportunidade ímpar para que nós coloquemos essa discussão, sobre a questão das cidades, sobre a questão urbana num novo patamar.

O processo de globalização da economia mundial, curiosa e paradoxalmente, vem acompanhado pela mitigação da importância dos países e pela exacerbação do papel das cidades.

De fato, hoje, e cada vez mais, construiu-se uma rede de grandes cidades que interagem e tomam decisões progressivamente mais relevantes.

Isso recoloca, no centro da discussão, as grandes cidades como foco do processo de desenvolvimento, depois de décadas de negação das grandes cidades como matrizes do processo de desenvolvimento, com a visão de que as grandes cidades surgiam mais como problema do que como solução.

O fato de, numa sociedade da informação e do conhecimento, serem o locus dos talentos do processo e divulgação desse próprio conhecimento, a coloca numa situaçãouito diferente da situação crítica dos anos 60, 50 e 60. Portanto, esta é, mais do que nunca, uma discussão contemporânea.

Aqui, no Rio de Janeiro, nós, desde alguns anos, que procurávamos localizar o eixo da crise específica que se abateu sobre a nossa cidade. E, desde alguns anos, que como economistas, nós fomos descobrindo a esfera urbana e anotando para ela as questões de fundo, explicativas da crise do Rio de Janeiro.

Não cabe, aqui, avançar sobre questões de diagnósticos que já foram amplamente expostas, antes da campanha eleitoral, durante a campanha eleitoral e depois da campanha eleitoral.

Mas o fato é que, para se entender corretamente as "deseconomias" externas que possam explicar a crise diferenciada

do Rio de Janeiro, as categorias estritamente econômicas nos parecem insuficiente.

Por isso, que setores diversos da sociedade civil e política do Rio de Janeiro entenderam, meses atrás, da importância de travar uma discussão sobre as questões estratégicas da cidade do Rio de Janeiro. Vale dizer, questões que não tratam de um longo prazo, no sentido de objetivos conhecidos, mas que tratam do incerto, que tratam, do que há de futuro no presente.

O plano estratégico da cidade do Rio de Janeiro é hoje uma realidade, e uma realidade da cidade e não uma realidade de governo. Não se trata de um plano de governo; se trata de um plano da cidade, no qual a Prefeitura do Rio de Janeiro é simplesmente um dos parceiros, claro; um parceiro importante, mas um dos parceiros.

E, aí, o que nós queremos discutir, basicamente, são questões de ordem estratégica, e não simplesmente retirar das gavetas projetos conhecidos, necessários, importantes e ativá-los com vista à mobilização de recursos materiais, recursos humanos e políticos para essas decisões serem tomadas: Nós queremos muito mais do que isso, queremos discutir o papel das cidades nesse processo paradoxal de globalização mundial que nos aloca responsabilidades substantivas e queremos discutir também estrategicamente a crise de nossas cidades; identificar os pontos que nos amarram, as restrições; identificar objetivos, verificar potenciais e finalmente produzir idéias que possam servir, a qualquer tempo, permanentemente, ao setor privado, ao setor público, para sua tomada de decisões.

Não temos como objetivo fazer um relatório no final de um ano e meio, dizendo "esse é o plano da cidade do Rio de Janeiro".Quer dizer, é um processo contínuo, permanente e que exige o máximo de participação, para que nós possamos identificar com clareza os nós que nos amarram e as oportunidades que temos.

Mais uma vez, reiterando o nosso reconhecimento, ao Governo Federal, pelas decisões que vêm tomando em relação à

cidade do Rio de Janeiro. Nunca é demais reiterá-las: os investimentos que o Governo Federal tem feito aqui no Rio de Janeiro, na área cultural; o Centro Cultural da Light, o Centro de Memória do Itamaraty; decisões importantíssimas em relação ao processo de urbanização da área portuária, que deve estar produzindo, nas próximas semanas; a conclusão do processo licitatório; a. Linha Vermelha; enfim, um conjunto de decisões que certamente figuram entre as mais importantes tomadas na cidade, nesses últimos anos.

De qualquer forma deixar aqui registrado o nosso reconhecimento e colocar a prefeitura e a cidade à disposição de todos, para interação.

Muito obrigado.

- Inicialmente, gostaríamos de, em nome do Ministro Aluízio Alves, Ministro da Integração Regional, saudar a presença de todas essas pessoas presentes, preocupados, preocupadas com a questão urbana.

Como é do conhecimento de todos o censo de 91, divulgado pelo IBGE, aponta uma diminuição no ritmo de crescimento da população, bem como para uma relativa estabilização dos processos, do processo de urbanização no Brasil.

No entanto, assistimos a uma drástica queda na qualidade de vida no meio urbano. Acentua-se o empobrecimento da população, aumenta a violência, crescem o desemprego e o subemprego, chegando a níveis dramáticos, inclusive comprometendo a própria estabilidade institucional.

A vida nas grandes cidades, já há algum tempo, passou a conjugar as esperanças a oportunidades que lhes são próprias, como a verdadeira guerra diária pela sobrevivência.

À medida em que se avolumam novos e velhos problemas urbanos, a população sente cada vez mais distante qualquer tipo

de solução. Em outras palavras, o Estado, em suas diversas instâncias, perdeu a capacidade de responder às necessidades da cidadania.

A pretexto da descentralização, assistimos em período recente, ao completo distanciamento do Governo Federal, em relação à problemática urbana.

Por conta do novo arranjo tributário, determinado pela Constituição, concluiu-se que os municípios já tinham recursos suficientes para resolver os problemas de seus cidadãos e que não caberia à União atuar nesse sentido.

Os recursos sociais foram cortados, as atividades de planejamento foram esvaziadas e as agências encarregadas do desenvolvimento urbano, praticamente desarticuladas.

No auge da irresponsabilidade neoliberal, não restou nenhum setor, na estrutura da administração federal, com a atribuição de cuidar da política do planejamento urbano no Brasil.

Com a criação do Ministério da Integração Regional, no segundo semestre de 92, retoma-se a preocupação com o planejamento regional em especial, no Brasil.

Reconhece-se assim, que as enormes diferenças regionais, o desequilíbrio na rede urbana, os problemas das grandes metrópoles, não podem ser enfrentados apenas pelas respectivas administrações municipais, por mais aparelhadas que eventualmente se encontrem. A geração de empregos, o combate ao tráfico de entorpecentes, a implantação de transportes de massa, a urbanização de assentamentos irregulares, o controle de endemias, a proteção de encostas e de mananciais, tantos outros problemas, demandam, para o seu eqüacionamento eficaz, um esforço comum que inclua não só as diversas esferas de governo, mas também a parceria da sociedade.

As iniciativas que vêm sendo desenvolvidas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e áreas metropolitanas, do

Ministério da Integração Regional, no sentido de trazer à tona esses debates e de buscar alternativas eficazes e atuais, para a ação governamental, terão importante momento neste Seminário.

O fato de tratar-se de uma realização conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Urbano com agências da importância do IPEA, do BNDES e do Banco Mundial, por si só já demonstra a oportunidade do evento.

Estamos aqui, como autoridades, lideranças políticas, entidades não-governamentais e técnicos nacionais e internacionais, para debatermos, durante três dias, uma nova agenda técnica e política, para o desenvolvimento urbano sustentável.

Ao fim deste seminário, queremos crer que teremos alguma contribuição a mais para apresentarmos à sociedade.

E se, por um lado, o novo governo, que sairá das urnas, em novembro próximo, não terá como fechar os olhos para a realidade urbana atual; por outro, deverá encontrar, nestas contribuições, algum caminho de como enfrentá-la.

- Sr. Prefeito César Maia;

Dr. Jackson, aqui representando o Ministro da Integração Regional, Aluízio Alves;

Sr. João Lopes, Secretário de Agricultura, que aqui representa o governador do estado;

Srºs, que representam o Banco Mundial;

minha presidente do IPEA, Drª Aspazia Camargo;

Srºs aqui presentes.

Eu tenho convicção de que o Ministro Beni Veras, por se tratar de um homem, cujo centro das suas atenções e preocupações

e os desequilíbrios inter-regionais, aqui poderia muito melhor se haver, na tarefa de participar da abertura deste Seminário, que desde já faço minhas as palavras dos que me antecederam relevando a sua importância e significado.

E desde já, também, parabenizo as instituições que co-promovem este encontro, quais sejam: o BNDES, o IPEA e o Banco Mundial.

Cabe, na abertura de um Seminário, que se volte para os desafios político-urbanos da questão urbana, do urbanismo no nosso país; inquiri-los quanto algumas questões que são essenciais e que têm a ver diretamente com esses desafios.

Em primeiro lugar, um problema do modelo, ou melhor dizendo, do vazio institucional, relativo ou referente à questão urbana, que nós vimos observando, particularmente após a Constituição de 1988.

Hoje, e eu me refiro particularmente no âmbito do Governo Federal. A verdade é que nós precisamos, de um lado, implementar algumas das decisões constantes daquela Carta Magna; e de outra parte, rever, profundamente, como hoje se encontra a compartida em seus diversos órgãos e instituições, essa tarefa que é da maior significação.

Então, esse seria um dos primeiros desafios que nós, aqui, gostaríamos de ver refletidos e, na medida do possível, respondidos.

Em segundo lugar, e conexo a esse primeiro desafio, nós temos, seguramente, a questão que vem sendo seguidamente aprofundada pela Professora Aspázia Camargo e que diz respeito a um novo pacto federativo para o Brasil, que obviamente terá que dar conta dessa questão.

Com relação, especificamente, ao novo pacto federativo, acredito eu que, quando da oportunidade de uma nova revisão constitucional, nós todos vamos ter as nossas atenções voltadas para um programa nacional de descentralização administrativa no

bojo, possivelmente num projeto bem maior de pacto federativo e de uma descentralização que, seguramente, deverá transceder intitucionalmente aos limites especificamente do Governo Federal.

Nós tentamos e fizemos um primeiro ensaio, com referência a esse tema, qual seja: a criação de um programa nacional de descentralização administrativa. Entretanto, não tivemos o suporte político, eu diria assim, e o momento não seria adequado, enfim, praticamente no governo, para se pensar isso.

Acredito eu, que esse tema da descentralização administrativa do Governo Federal, sobretudo em algumas áreas como saúde e como educação. Saúde já caminhando mais um pouco, mas na área de educação, na área de assistência social, em outras áreas mais, ele é de suma importância, para que se pense a questão urbana no limiar deste século e do próximo, e a contribuição do Governo Federal, deverá ser expressiva nisso.

Não é por acaso, que esse é um tema que vem sendo seguidamente abordado e seguidamente trazido à tona pela quase totalidade dos atuais presidenciáveis: a questão da descentralização administrativa. E isso, claro, reforço dentro de uma questão mais ampla, que seria o próprio pacto federativo que aí se encontra. E que, seguramente, se encontra, também, ultrapassado.

Nós teríamos um outro item, que aqui foi referido anteriormente, pelo Jackson, e que hoje começa a se cristalizar numa série de idéias; e isso, se por um lado é bom, na medida em que revisamos algumas das anteriores idéias, de outra parte eu temo que nós vamos ter os mitos dos anos 90 começando a aflorar. E elas se referem particularmente à questão das novas tendências demográficas captadas no censo do IBGE em 1991.

E só para ficar num único tema. de repente, nós descobrimos que não temos uma explosão demográfica. E, de repente, nós descobrimos, também, que há uma certa estabilidade e que isso obviamente facilita a adoção de políticas públicas, particularmente no setor urbano, na medida em que a pressão sobre os recursos e equipamento tende a se dar, pelo menos, não com

aquela aceleração anterior, ou não com aquele grau de urgência, embora seguramente nós tenhamos, aí, questões extremamente críticas.

O temor é que isso venha amortecer a necessidade e a urgência de que se volte a pensar em política urbana no Brasil, o que nós deixamos de fazer, seguramente, desde o início da década de 80. E que, inclusive, também tem um rebatimento com a própria falência da capacidade de poupança e investimento do, particularmente, do Governo Federal, mas que, eu acredito, também se estende a estados e municípios.

Esse seria o outro desafio. Quer dizer, como pensar uma nova estrutura de financiamento? Se é verdade que nós vamos ter uma redução do estado/empresário, isso é verdade. Que a sociedade não se encontra mais disposta a arcar com o ônus fiscal de determinado tipo de empreendimento. E esse é um dos problemas que, inclusive, o próprio BNDES está se dobrando à reflexão disso, efetivamente.

Nós vamos ter, daqui a pouco, uma reunião do Conselho de Administração, que pensa, inclusive, isso, num seguimento específico que corresponde ao BNDES, mas a verdade é que essa questão do financiamento será seguramente um tema central, acredito eu, na reflexão de todos os Senhores.

E por último, eu diria que, sem a menor pretensão de esgotar uma agenda dos desafios que nós temos aí pela frente, fica a questão das relações ou, digamos assim, dos limites e das inter-relações entre o público e o privado.

À medida em que a tendência ou pelo menos tendencialmente o Estado, ele tende a se retirar de determinados gastos com infra-estrutura, pelo menos aquela estrutura mais referente ou mais ligadas aos setores, digamos assim, econômicos e produtivos, e que há uma expectativa de que ele venha a ocupar um maior espaço no campo social. Então seguramente, a questão das relações entre público e privado devem estar na ordem do dia e é um dos temas que nos desafiam e que eu acredito, seria muito

importante se ter as reflexões deste Seminário, à consideração de todos nós.

Sem a menor pretensão de esgotar, e também com o nível de uma abertura, com o nível de contribuição que eu acredito mínimo, este me parece ser a agenda ou esta me parece ser a agenda que deveria dominar num seminário como este e que eu volto a repetir: é da maior significação e importância para todos nós, sobretudo considerando a expectativa que nós temos, hoje, de voltar a crescer com estabilidade e de, portanto, voltar a ter políticas públicas compatíveis com as demandas e necessidades da maioria do povo brasileiro.

Muito obrigado.

- Excelentíssimo Prefeito César Maia;

Demais autoridades;

Srªs e Srºs.

A questão dos desafios que nós temos em relação à cidade, eu acho que a gente tem que ver num contexto da redemocratização no nosso país.

Em 1975, quando eu entrei para FUNDREN, a região metropolitana do Rio de Janeiro, nós estávamos em outro Estado e o planejamento urbano era feito de uma outra forma; então, nós já não fazemos daquela forma, mas não definimos ainda a forma como nós vamos fazer.Ou seja, nós estamos, eu vejo, num período de transição.

Então, qual seria a principal característica, desse período de transição? É a questão da democracia.

Nós, como eleitores; nós, no âmbito das nossas famílias, nossos amigos ... geralmente existe um culpado pela situação que o Brasil atravessa, que os municípios atravessam, os distritos, as cidades, e esse culpado é o Governo. É a mesma

coisa que nós, no nosso condomínio, acusarmos sempre o síndico como responsável pelos demazelos do condomínio.

Então, essa construção da democracia, que a nós todos custou tanto, é fundamental: Concluírmos essa redemocratização do Brasil. Entendo ela, também, não só como direitos, mas como deveres. Ou seja, a cidadania, como um todo, assumir a solução dos problemas. Bom, nessa linha, e com grande reflexo nas cidades e nos seus problemas, nós temos o primeiro desafio, que é o desafio da educação.

E aí tem um dado, de maior valor qualitativo, que é a questão da Coréia do Sul que hoje, todos nós vemos aí: o Tigre Asiático e tudo, e que, em 64, tinha indicadores semelhantes ao do Brasil. O Brasil, naquela época, optou por investimento em infra-estrutura e taí. Hoje, a infra-estrutura no setor elétrico e em outras áreas é notável. Mas essa parte educacional foi relegada, enquanto que a Coréia do Sul investiu pesadamente na educação técnica, e pôde competir 30 anos depois. Uma vez tinha montado uma base educacional.

Então, muitas coisas, que hoje nós vemos como problemas urbanos - eu que faço parte do executivo - são decorrentes da falta de educação, ou seja, desde a falta de educação para ler uma bula ou para não utilizar o agrotóxico contra o vento, até a própria falta de educação da própria classe média, que no trânsito gera, ou seja, no âmbito total dos motoristas, 50.000 acidentes-ano.

E se nós compararmos com 70.000 mortos na Bósnia Ezergovina, a gente pode ver que é, não são 50.000 mortos, mas são 50.000 acidentes. Então, a maior parte desses acidentes oriundos de falhas humanas e não de falhas mecânicas.

Esse, eu acho que é um desafio que a gente tem que enfrentar. Isso se revela também. Nós tivemos a preocupação no projeto Reconstrução Rio, de colocarmos um item, que era educação ambiental. Quer dizer, não adianta você dragar um rio e depois você ocupar as margens desse rio, você assorear esse rio.

Então, a questão da educação é uma questão muito forte para abordar os desafios da cidade. E para você ter uma cidadania ativa e que possa assumir as suas responsabilidades, ela tem que estar educada. Então, essa questão da educação, eu vejo como um ponto importante, para a gente abordar nesses dias.

Bom, outro ponto que faz parte do programa é a gestão municipal e do desenvolvimento. Eu tenho notado no Governo do Estado várias experiências, onde a participação do município é fundamental. Ou seja, da mesma maneira que o Governo Federal está repassando atribuições para os estados, os estados também estão repassando atribuições para os municípios, numa ótica dessa reconstrução da democracia e numa preocupação de tornar mais eficiente; ou seja, a idéia não é se livrar dos problemas, a idéia é solucioná-los.

Então, nós temos como exemplo, aqui no Rio de Janeiro, a passagem do metrô para a prefeitura, e a passagem da CBTU, que são os trens urbanos, para o Estado, dentro de uma mesma negociação, e isso como grandes providências nessa área de transporte de massa.

Mas temos, também, outro tipo de experiência, que é a parte da municipalização da extensão rural. Então você imagina o que que é você dar assistência a produtores espalhados por todo esse estado, sem a ajuda da prefeitura. Ou seja, uma tarefa muito difícil.

Então, essa municipalização, primeiro se deu enquanto fornecimento de combustível; depois, como apoio logístico e atualmente evoluiu para uma participação na definição da política agrícola dos municípios.

Então, a participação dos municípios é fundamental nas soluções dos problemas, ou seja, não em nós nos livrarmos dele. Então, nós temos que começar a pensar na municipalização do fornecimento de água. Ou seja, não no transporte da água bruta, mas sim na distribuição. E pensar na municipalização de outros serviços.

No estado, nos municipalizamos também, as pequenas escolas. Estabelecemos um per capta de U$ 239, por criança, e repassamos o recurso, e os municípios operam essas estruturas.

Bom, na parte do financiamento e desenvolvimento, tem um aspecto que eu gostaria de lembrar.Conversando ali, com o Manuel, antes de entrar, Manuel, que faz parte da organização do Seminário, falava sobre a perda de referência na parte do planejamento urbano, no Governo Federal. Antigamente, nós tínhamos órgãos dedicados exatamente para isso.

Então, eu queria entrar com outro contraponto. Ou seja: os financiamentos, tanto os federais quanto os internacionais têm um grande ingrediente de planejamento.

Eu, antes de estar na Secretária de Agricultura, estava na Secretaria de Planejamento do estado, e percebi que as exigências de dados precisos, de projetos, toda uma série de procedimentos, levou o Projeto Reconstrução Rio a ser um modelo de planejamento, quanto a despoluição da Baía de Guanabara. Ou seja, daquilo que nós imaginamos como planejamento urbano, a integração entre os órgãos, entre as ações, a ação de um órgão não interferir no desenvolvimento de outro. E os financiamentos, têm, não só o aspecto de aportar a poupança internacional, ou o recurso federal, mas principalmente nos seus procedimentos, porque são procedimentos de controle, de prestação de contas; têm um grande ingrediente de planejamento urbano e regional, ou seja, de ação planejada.

Outro exemplo que eu queria dar de participação das prefeituras, também nessa gestão, e de certa forma também no financiamento da ação, além da extensão rural, a parte de pavimentação de rodovias; ou seja, nós utilizamos desse modelo também para fortalecer a rede de estradas no interior que é para o Estado entrar com uma parte da pavimentação da construção, e as prefeituras entrarem com outra.

Então, esse trabalho conjunto colabora com a articulação das ações, ou seja, com o planejamento, e ele

viabiliza uma séria de ações que tanto a prefeitura isolada quanto o estado isolado teriam dificuldades de realizar.

Então, essas são algumas coisas, algumas reflexões práticas do que está sendo feito e do que pode ser fortalecido nessa preocupação de planejar a ação para nós fortalecermos a cidade e o resultado da ação do Executivo.

Então, essas eram as palavras que eu queria trazer para vocês, em nome do Governador Nilo Batista.

Muito obrigado.

- Agradecendo às autoridades, aqui, pela presença, dou por encerrada a cerimônia de abertura.

Painel 1: Os Novos Desafios para o Desenvolvimento Urbano

Muito obrigado.

Bem, em seguida, nós vamos ter o painel objetivo do Seminário.

Eu gostaria de chamar o Jackson, para permanecer no painel seguinte, objetivo do Seminário, e convidar a Aspázia Camargo, Presidente do IPEA, para compor a Mesa.

E ainda, Rainer Stekan, Diretor do Banco Mundial.

Então eu vou passar a palavra, para Aspázia começar a discussão sobre os objetivos do seminário.

FALA DA DRª ASPAZIA CAMARGO

- Dr. Jackson Machado, do Ministério da Integração Regional; Dr. Rainer Stekan; Senhores conferencistas, debatedores, colaboradores e especialístas aqui presentes, que nos dão a grande honra de nós ajudar nessa discussão, que eu acho que vai ser muito importante para o Brasil.

Eu gostaria, antes de mais nada, de agradecer a colaboração do Banco Mundial, na organização deste Seminário, enfim, nos dando a oportunidade de começar uma grande discussão que o IPEA vai desenvolver, daqui até o final do ano, sobre os grandes temas estratégicos nacionais. E agradecer ao BNDES, pela sempre generosa acolhida, além do fato de estarmos honrados com essa colaboração do Ministério da Integração Regional, que conosco procura pensar e tentar encaminhar soluções para o problema.

Eu acho que é muito auspicioso que essa discussão, sobre os planos estratégicos do país, comecem com desenvolvimento urbano, porque, afinal, se há alguma coisa que aconteceu de relevante neste país, no decorrer desse século, foi justamente a revolução urbana. Eu acho, até, que nós nos ascendemos um pouco nela.

Hoje, nós somos 75% urbanos e isso significa também que acumulamos uma enorme quantidade de problemas, já que tivemos uma migração caótica, desordenada, com uma base de infra-estrutura extremamente precária e recursos, evidentemente precários, para resolver esse enorme problema que se acumulou sobre tudo nas duas últimas décadas.

Isso significa, de certa forma, que praticamente boa parte dos problemas que o cidadão enfrenta são urbanos. Mas isso não tem muita correspondência com a estrutura, digamos, jurídico-institucional, porque, na verdade, as agências são muito diversificadas e elas, na verdade, tratam fragmentadamente, quando na verdade, às vezes, soluções talvez simples e práticas pudessem ser resolvidas no simples esforço conjunto de ver o problema sob um mesmo ângulo, que é justamente o ângulo do consumidor, o ângulo do cliente, que é basicamente o cidadão.

Então o objetivo desse Seminário é aprofundar esses diagnósticos, que são extremamente complexos, porque eles passam nessa teia do espaço urbano, mas eles têm diversas origens, e, de certa maneira, a partir desse diagnóstico convergente, propor soluções que possam ajudar o próximo governo e os próximos governos - já que estamos falando de uma década, pelo menos - a encaminharem de maneira mais articulada esses problemas. A década perdida, que não foi tão perdida assim, sob muitos aspectos, certamente foi perdida no sentido de criar essa desarticulação e contribuir para agravar esse processo de desarticulação.

Quer dizer, nada funciona junto, porque tudo conspira para que as pessoas, as instituições, enfim, as instâncias administrativas, trabalhem separadas. Parece que é mais razoável, parece que é pelo menos no curto prazo, mais interessante trabalhar sozinho do que trabalhar junto. E isso, eu acho que é o grande problema.

Se nós conseguirmos, aqui, chegar a um acordo sobre como trabalharmos juntos, já que estamos tanto falando em parceria. O Dr. Raul Jugman mencionou a parceria com o setor privado, mas eu acho que a grande parceria é de todas as instâncias: a parceria do Estado com o cidadão, a parceria das agências entre si, e dos técnicos. Porque, quando nós juntamos os técnicos de diversas áreas, eles, em geral, conseguem pegar uma conclusão e chegar a um acordo, e isso vai ser muito importante para nós.

Vamos citar alguns problemas que nós achamos importantes e que vão ser debatidos aqui nesses dois, três próximos dias. Primeiro, a fragmentação jurídico institucional.

Vários dos papers que nós estamos apresentando como contribuição tocam nessa questão, mas eles tocam de maneiras originais, diferentes; é importante que se juntem essas peças numa visão mais unificada.

Um outro problema gravíssimo, é o problema do financiamento, porque, na verdade, o sistema tradicional se desarticou. O FGTS, enfim, em uma série de aspectos. E na

verdade, o prefeito, o agente transformador dessas políticas, não sabe a quem procurar exatamente. Inclusive, outro dia, eu fui informada, e eu não pude conferir a informação, mas eu fui informada por um médico do setor privado, que não existem financiamentos para construir hospitais. Então, são coisas tão elementares, que em geral não são discutidas, porque nós estamos pensando nos grandes problemas. E, muitas vezes, é justamente nessa área tão prática do financiamento que as questões se colocam. E sobretudo, a idéia de um financiamento também integrado. Porque, na verdade, nós temos financiamentos diversos para coisas diversas. E temos que pensar um pouco isso, em conjunto.

E o outro grande tema, que vai estar presente, é a questão das relações, da desarticulação das instâncias federativas. Esse, eu acho que é um tema que faz parte realmente da discussão sobre o novo pacto e que tem a ver com a distribuição de competências, que genericamente, a meu ver, trata muito bem.

Existem grandes críticas à Constituição sobre esse aspecto, mas eu credito que a filosofia está dada, que o município deve fazer tudo o que pode fazer, e que o Governo Estadual deve se encarregar de complementar essas políticas de maneira coordenada. E que o Governo Federal, deve fazer aquilo que também, o Governo Estadual não puder fazer. Portanto, esse princípio da subsidiariedade, eu acredito que é um princípio hoje, universal, que todos os países estão defendendo, estão implementando, e nós também já percorremos uma boa parte desse difícil caminho.

Eu acho que resta acabar essa tarefa, completar esse trabalho, porque o Brasil hoje vive problemas gerenciais terríveis, pelo fato de que começou um processo de descentralização que ele não conseguiu concluir. Seja por razões políticas, de resistência política administrativa, seja por razões de coordenação mesma de quem vai fazer o quê? Porque, na verdade, neste momento, cada ator tenta ficar com a melhor parte do problema. Quer dizer, a luta pelos recursos é grande, mas muitas vezes a luta e a definição de quem vai fazer o quê é muito

mais complicada, porque todos gostariam que várias instâncias se encarregassem do mesmo problema. Fica mais cômodo, mais seguro. E eu acho que isso tem muito a ver, também, com uma mudança, uma revolução importante que nós estamos vivendo, que é a revolução no modelo de fazer políticas públicas no Brasil.

Nós estamos passando pela nossa revolução gerencial, por um processo de organização e racionalização da distribuição dos recursos e do processo decisório, e isso tem a ver também, com o corte brutal no velho modelo clientelista, que foi o modelo que inspirou o país durante muito tempo, e é evidente que os atores políticos ainda estão submetidos a essa pressão, a esse temor de tentar, inclusive, garantir as suas fontes de financiamento por esses caminhos tradicionais que sempre prevaleceram no Brasil.

Portanto, eu acho que a idéia de discutir esse processo de democratização, de transparência, de colaboração é absolutamente claro e pactuado pela sociedade. E muito importante, porque é isso que vai dar garantia a cada ator, a cada prefeito, a cada governador, de que ele vai ser contemplado com justiça - não é? - na distribuição dos recursos e da assistência que ele precisa para realizar as políticas que são necessárias ao bem estar da população.

Agora, eu queria também falar uma palavra rápida sobre as boas notícias, quer dizer, nós temos boas notícias para dar, e eu acho que elas precisam ser lembradas no momento em que nós tendemos a ver tudo tão negro e os problemas tão graves pela frente.

Eu acho que, em primeiro lugar, o município é o grande protagonista de um processo global de desenvolvimento econômico, de transformação, e nos últimos dez anos ele ocupou seus espaços. E, é evidente, que há problemas em muitas regiões. Em muitas áreas, nós temos o desprazer, o infortúnio de ver que políticas administrativas, municipais, importantes e inovadoras, foram destruídas pelos sucessores, digamos, pelo prefeito seguinte, e esse é um dado importante que eu gostaria muito de poder ter reflexões sobre isso, nesse seminário. Eu acho, que é

importantíssimo, para o Brasil, saber como é que nós fazemos para proteger os grandes administradores. Qual é o caminho? Quer dizer, o caminho é, evidentemente, a participação da comunidade, mas é preciso que essas coisas sejam talvez, que a gente tenha mais recursos para proteger esses inovadores que, muitas vezes, se perdem no meio do caminho.

Mas o fato é que as prefeituras estão ocupando esses espaços e estão definindo estratégias econômicas de sobrevivência.

O Prefeito César Maia falou do plano estratégico do Rio, que é uma cidade, que todos sabemos; ela se assemelha um pouco à Caucutá de algumas décadas atrás; quer dizer, uma ex-capital que caiu, que ficou à beira do caos social e administrativo. E é assim mesmo que às coisas têm que se resolver, através de planos estratégicos e de uma inserção num processo de globalização que é mais ou menos inevitável, que às vezes tem um preço muito alto, mas que é também o caminho da redenção de muitas cidades no mundo inteiro.

E as estratégias democráticas? A questão da saúde, por exemplo, que é um tema que preocupa a todos os brasileiros. Nós temos informações precisas de que, nas áreas em que houve a instalação de conselhos municipais, essas políticas funcionam bem. Nas áreas onde esses conselhos não existem, o velho clientelismo permanece, você cria uma cadeia perversa do município para o Estado, do Estado para o Governo Federal, que traz a corrupção, o desperdício de recursos, etc. Então eu acho, que esse é um tema também importante e os municípios estão dando a sua contribuição, criando esses conselhos e organizando as comunidades.

E o setor privado? Quer dizer, o prefeito mencionou que no plano estratégico do Rio, que, segundo ele, tardou um pouco, sua preocupação foi envolver os empresários com isso.

Eu acho que esse é um ponto de honra que nós todos sabemos que tem que ser seguido daqui para frente. Não há possibilidade de se fazer, de se organizar o processo de

desenvolvimento econômico, sem ter as parcerias, sem ter, portanto, uma legislação mais flexível, mais aberta às inovações, aos investimentos; que facilite, inclusive, o papel das pequenas empresas, enfim, e que facilite justamente a vida de todos aqueles que são empresários no melhor sentido da palavra, quer dizer, capazes de criar e produzir riquezas, e dar empregos para a população.

Portanto, a questão da desregulamentação, que é uma preocupação muito grande do IPEA, ela vai ser perseguida e ela precisa ser discutida e pensada também à luz dos municípios e dos estados.

E finalmente, uma palavra sobre a questão social. Eu acho, que há várias informações importantes, que vão ser discutidas aqui, no curso deste Seminário.

E o principal problema que eu acho que tem que ser discutido é que o Brasil está distribuindo muita riqueza. Nós estamos distribuindo com as cidades e com os estados, sobretudo pobres, metade do imposto de renda e metade do IPI.

Estamos com uma política previdenciária que é extremamente redistributiva e que está beneficiando as zonas pobres.

Podemos constatar, com surpresa, mas também com alegria, que os serviços urbanos melhoraram incrivelmente, apesar dos problemas de pobreza e da desarticulação do processo de desenvolvimento, nessas últimas décadas.

Então, o que fica, para nós também discutirmos, é como distribuir essas funções. Como localizar esses problemas. E o que finalmente o Governo Federal deve fazer nisso tudo.

Eu acho que o papel dos consórcios é muito importante. Nós sabemos que boa parte das questões municipais não podem ser resolvidas apenas no município. Nós estamos discutindo, inclusive, com o apoio do Banco Mundial e o IPEA, temos um grande projeto sobre saneamento. E nesse projeto, nós sabemos que

as irracionalidades são grandes, porque a municipalização do saneamento, muitas vezes, impede soluções mais inteligentes e mais articuladas no nível regional.

Portanto, o alerta que eu faria aqui, para discussão, é que a municipalização não pode ser sinônimo de fragmentação. Ela tem que, realmente, obedecer o princípio da subsidiaridade. E nós temos que deixar um espaço para o governo estadual e o governo federal possam intervir, positivamente.

E com isso eu penso que teríamos que trabalhar com a matriz, uma matriz ampla de situações regionais diversificadas, que foi o ponto que o Dr. Jackson tocou e é uma grande preocupação do Ministério da Integração Regional.

Quer dizer, essa idéia de que o governo federal deve atuar, sobretudo, para reduzir os grandes desequilíbrios regionais, e para ajudar, aquilo que nós estamos chamando das zonas equiproblemáticas.

Portanto, são zonas que merecem tratamento especial, e tem que ser objeto de prioridade do orçamento, mas que precisam também de um planejamento, de um diagnóstico preciso, de metas precisas, para que essas reduções possam realmente se desenvolver.

Enfim, eram essas as palavras que eu gostaria de dirigir aos Srs. e desejar um bom trabalho a todos, uma boa discussão, para que nós possamos ter os resultados finais bem precisos e que possamos encaminhá-los aos candidatos à Presidência, aos órgão competentes, enfim, divulgar ao máximo os resultados dessa discussão.

Muito obrigado.

Eu passaria, então, agora a palavra ao Dr. Steckhan.

FALA DO DR. STECKHAN

- Muito obrigado.

É, para mim e meus colegas do Banco Mundial, um gande prazer poder participar na discussão de um tema de tanta importância, que é o Desenvolvimento Urbano da próxima década.

Gostaria, em primeiro lugar, agradecer aos ministérios involucrados: aos organizadores da conferência, Ministério de Planejamento, Ministério da Integração Regional, IPEA e BNDES, pela oportunidade de dialogar sobre os temas tão importantes.

Me parece oportuna e boa idéia fazer um levantamento dos aspectos municipais, dos aspectos urbanos no futuro, visto que 75% dos brasileiros moram hoje em centros urbanos de 20 mil e mais moradores.

O Banco Mundial é um banco cooperativo, e isso quer dizer que gostaríamos de ouvir as experiências ricas dos prefeitos do Brasil, trocar idéias, participar no diálogo sobre o futuro dos município e conhecer bem as prioridades brasileiras porque são as prioridades brasileiras, que foram a base, da cooperação futura entre Banco Mundial e o Brasil, no setor urbano.

No setor urbano, o contexto mudou muito nas últimas décadas. Historicamente, o setor urbano foi uma preocupação, com umas aglomerações grandes urbanas, inundadas pela migração. Hoje, a preocupação é maior, é mais geral, é uma preocupação com a gestão dos município, com a gestão dos centros urbanos.

E sabemos também, que mudou o contexto constitucional, com o retorno da democracia. Com a nova Constituição de 1988, houve uma enorme descentralização, uma transferência de funções da União para estados e sobretudo, para municípios. E isso, é um novo contexto.

O Banco Mundial tem uma associação de mais de 25 anos com o setor urbano no Brasil. De fato, concedemos o primeiro empréstimo para abastecimento de água de São Paulo, em 1971. Desde então temos concedido algo como 30 empréstimos para o setor

urbano no Brasil. 30 empréstimos para projetos, com o custo total entre 6 e 7 bilhões de dólares. Empréstimos que estão financiando abastecimento de água, transporte urbano, saneamento, redes de esgoto, fortalecimento institucional.

Há, como disse a Drª Aspázia, boas notícias. Por exemplo: melhorou substantivamente o nível de saúde nos municípios brasileiros, graças essencialmente à extensão, de serviços de águas à população, de 45%, em 1970, para 84%, em 1991. E isso, evidentemente, é um progresso, mas é verdade, também, que bom número dos moradores nos municípios ainda estão sem acesso à água limpa. A metade dos moradores não tem acesso às redes de esgoto. E se diz que quase 90% dos esgotos municipais são descarregados sem tratamento nos rios e outras fontes a céu aberto.

Então, o desafio é enorme, sabendo-se que quase a metade dos pobres vive nos centros urbanos, nos bairros de baixa renda. A pobreza tornou-se em um problema urbano. Os aspectos mais visíveis, mais negativos da degradação do meio ambiente, são aspectos urbanos. A falta de água limpa, o ar poluído, tudo isso é um fato urbano. No futuro, o Banco Mundial, gostaria de intensificar a cooperação com o Brasil, no setor urbano.Vemos no Banco Mundial uma série de desafios que justificam um papel maior do Banco Mundial nesse campo.

Primeiro, investimentos no setor urbano, como uma forma de luta contra a pobreza, sobretudo com projetos de transporte urbano, conexões entre os locais de trabalho e os domicílios dos pobres. Investimentos no setor urbano, como forma de preservação do meio ambiente, e recuperação do meio ambiente.

Também, uma forma de participar no financiamento de tantos investimentos importantes. Sabemos que falta infra-estrutura urbana. E então, a associação do Banco Mundial, no futuro, nesse setor, vai tomar também a forma de financiamento de transporte urbano.

Participação do Banco Mundial, no setor urbano, para facilitar com mais clareza, entre as diferentes funções dos

governos da União, dos estados e dos municípios; financiamento do Banco Mundial, assistência técnica para fortalecer instituições e, sobretudo, companhias estatais de água. Participação do Banco Mundial para facilitar uma participação, mais importante do setor privado nos serviços urbanos, serviços de água, esgoto e outros.

Participação do Banco Mundial, para facilitar mais transparência nos sistemas de financiamentos urbanos, para definir mais claramente, os objetivos e os critérios econômicos de investimento urbano.

E, finalmente, e talvez o ponto mais importante: Facilitar a participação dos beneficiários, dos pobres, na definição dos projetos urbanos.

Esperamos que essa conferência nos dê, no Banco Mundial, uma idéia mais clara, mais diversificada das realidades brasileiras, uma idéia mais clara das prioridades de um país para o futuro. E por isso, estamos muito agradecidos, pela possibilidade de participar.

Muito obrigado.

- Drª Aspázia Camargo, Presidente do IPEA,

Dr. Rainer Steckhan, do Banco Mundial,

Prezados participantes do seminário.

Bem, eu gostaria inicialmente de fazer alguns comentários sobre os objetivos do nosso Seminário. E entre outros, lembrar a oportunidade da realização deste seminário, neste momento.

Nós teremos que no próximo mês, em Nairób, Quênia, um seminário internacional para reavaliação das políticas urbanas.

Eu acho que, aliado a esse fato, está a questão das eleições gerais para a Presidência da República do Brasil. Somente esses dois fatos quase que justificam, quase que, por assim dizer, cumprem os objetivos do seminário. Obviamente, existem outros, mas é fundamental, é de fundamental importância que essas discussões aqui realizadas, cheguem a esses dois fóruns, seja internacional, com relação a essa conferência a ser realizada em Nairóbi, como também que permeie um programa dos nossos candidatos à Presidência da República.

Isso porque, já vem de alguns anos a quase absoluta ausência de uma discussão, uma sistemática sobre esse tema.

Tivemos, em vários momentos, a oportunidade de retomá-la, mas por um motivo ou por outro, pela crise econômica, às vezes também pela política em dados momentos, pela própria desarticulação do governo federal e seu executivo, isso ficou impossibilitado de ser levado à frente.

Eu gostaria de lembrar, também, que contribuiu muito para este processo, até certo ponto de abandono, da questão, do trato da questão urbana, do planejamento urbano, o fato de que ingressamos numa fase, mais propriamente dita, não mais de programas ou projetos de desenvolvimento, mas sim, naqueles comprometidos com a estabilização econômica.

Obviamente, neste momento, muitas vezes, com o experimentalismo provocado por esses planos de estabilização, algumas instâncias de governo foram desarticuladas, ou voltaram-se para questões mais imediatas. De forma que o planejamento sofreu um duro revés no nosso país, nos últimos anos.

Temos, inclusive, a ação de extinção de alguns órgão, que são fundamentais. Até hoje, as ações desenvolvidas por esses órgãos, como é o caso do IBTU, por exemplo, só para ficarmos em um, estão inteiramente órfãs, onde nós não encontramos, em nenhuma instância, uma ação efetiva de avanço na questão de transporte de massa no Brasil, por exemplo. Não consta, inclusive, do próprio orçamento da União, um subprograma ou um programa que trate dessa questão.

É como se certos problemas fossem ou estivessem desaparecidos da ordem do dia. Não há uma ação persistente, coerente, no sentido de trazer à tona questões dessa relevância.

Temos também que notar que tivemos o desfortúnio de nalgum momento fazer com que coincidisse com o Congresso ainda permeado por uma prática clientelística ao retorno das suas prerrogativas, inclusive no sentido de legislar em termos de matéria financeira. Obviamente, isso veio contribuir enormemente, para que se acentuasse a pulverização na aplicação dos recursos no Brasil.

Até certo ponto, não resta a menor dúvida: o Congresso tem um papel muito importante, mas naquilo que se refere à aplicação dos recursos previstos no orçamento da União, nós temos que acrescentar, sem sombra de dúvidas, e notar que muito devemos ao Congresso Nacional, naquilo que se refere à pulverização desses recursos.

Obviamente, sabemos perfeitamente a origem desse tipo de ação política.

Reporta-se, inclusive, a total falta de um avanço naquilo que se refere a legislação partidária, mas de qualquer forma é fundamental que esse registro seja feito.

Queremos observar também que, sem sombra de dúvida, a oportunidade desse Seminário busca também fazer com que este processo de descentralização que foi paralisado, que está a meio curso, tenha o seu prosseguimento. É fundamental que haja um incentivo, e nós temos procurado esta ação, para que os conselhos comunitários sejam realmente exercitados, ocupem o seu espaço nos municípios e que dêem conta das atribuições que lhes foram repassadas.

Nós temos que toda ação, naquilo que se refere ao processo de urbanização no Brasil, sem sombra de dúvida também, encontrou e vem encontrando uma total e absoluta falta, ausência, de uma política mais correta.

De acordo com o texto constitucional, que prevê a existência de planos diretores para os municípios com mais de 20 mil habitantes, temos no nosso ministério procurado avançar nesse sentido. Chegamos a produzir um manual para que esses municípios mais carentes, em particular de recursos humanos, pudessem levar a termo este preceito constitucional. Além disso, está previsto para realizarem ainda este ano, seminários localizados em determinadas regiões do país, para que esse assunto seja discutido e consigamos preparar recursos humanos para algumas das principais cidades do país.

O que nós temos a dizer, com relação a esse aspecto, seriam esses pontos. E esperamos encontrá-los aí, no período da tarde, onde estas discussões serão retomadas através dos painéis que se estenderão até quarta-feira.

É o que eu tenho a dizer.

- E a transmissão será feita através do canal 1.

Também, gostaria de anunciar, que hoje, dentro do período de comunicações, que são os comunicados livres. O PT, o partido dos trabalhadores, deverá apresentar a sua proposta de governo para o setor urbano. E também a ANSUR - Associação Nacional do Solo Urbano - e a FENAI, que é a Federação dos Funcionários da Caixa, deverão apresentar o que chamam de plataforma nacional de reforma urbana. Essas intervenções acontecerão a partir do encerramento dos trabalhos da Mesa principal e dos debates, que está previsto para às 5h30m desta tarde.

Eu gostaria agora, então de começar a formar a Mesa dos trabalhos, e gostaria de convidar o palestrante, o Dr. Jorge Wilheim, a comparecer à mesa dos trabalhos. O Dr. Wilheim é atualmente o Subsecretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre o futuro das cidades, o anacronismo conhecido por habitat 2, cuja conferência será realizada em Stambul, no ano de 96.

Convidamos também, para participar da Mesa, o Senador Dirceu Carneiro, que dispensa maiores apresentações. A Drª Teresa Lobo, Diretora do Centro de Estudos de Políticas Públicas, e também consultora para o Banco Mundial. A Drª Nilde Lago Pinheiro, Presidente do IBAMA. A Drª Alba Zaluar, Professora docente da UNICAMP, e Professora Doutora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro e pesquisadora do CNPQ.

E finalmente, eu gostaria de convidar à Mesa a pessoa que vai encaminhar os trabalhos, a moderadora, Drª Sônia Rocha do IPEA, economista, Drª pela Universidade de Paris e pesquisadora do IPEA/ DIPS, e também consultora para o Banco Mundial.

Composta a Mesa, eu gostaria de pedir então à Drª Sônia Rocha, que conduzisse os trabalhos da Mesa a partir de agora.

FALA DA DRª SÔNIA ROCHA

- Boa tarde à todos.

Eu queria, primeiramente, agradecer a presença de todos aqui e explicar, mais ou menos, como nós vamos conduzir os trabalhos nessa tarde. Nós teremos um palestrante que vai ter cerca de meia hora para fazer sua apresentação e depois será seguido pelo debate dos nossos debatedores da Mesa.

Após os debates - que eu imagino que 20' para cada um seria um tempo adequado - nós teremos o intervalo e depois o debate para todos os participantes. Essa parte do debate de todos os participantes ... eu gostaria que nessa primeira fase, quando houvesse a apresentação pelo palestrante e pelos debatedores, os outros participantes que quiserem fazer colocações ou perguntas encaminhassem à Mesa, por escrito, as suas perguntas ou colocações, por favor, identificando o seu nome e a sua instituição de origem, se for o caso.

Eu queria, agora, passar a palavra ao Dr. Jorge Wilheim, para a sua apresentação.

FALA DO DR. JORGE WILHEIM

- Muito obrigado.

Boa tarde.

Os novos desafios para o desenvolvimento urbano, nós obrigam a uma constatação. Em todo o mundo, mais especialmente no Brasil, temos assistido, há pelo menos uma década ou talvez mais, da valentes esforços para resolver problemas urbanos e para melhorar as condições de vida da população.

Embora, seja quase inegável que quase todos os indicadores de qualidade de vida sejam hoje, nas cidades, melhores do que há cinqüenta anos, a verdade é que continuamos a enfrentar problemas graves, e alguns deles renovados, como a escassez de moradia, o desemprego, o crime e a violência, a poluição das águas, a insuficiência crônica de recursos financeiros e as dificuldades de governar, especialmente em megacitys, em megacidades, o escasso acesso a serviço de saúde, transportes e cultura. Apesar dos êxitos, continuámos portanto, a ter frustrações e, francamente, às vezes tememos pelo futuro.

A essa situação, aumenta, agrava-se a procura, aumenta a dificuldade de obter soluções, ao fato de que, como vimos pelas intevenções hoje pela manhã, não temos ao nível do Governo Federal até há muito pouco tempo, não temos interlocutor para as questões urbanas.

Reflete-se nas questões urbanas um viés que é comum também em outros países, que é o de tentar resolver os problemas de forma setorial: seja saúde, seja educação, seja saneamento, perdendo-se a riqueza da interação entre os seus diversos setores, e perdendo-se também a própria conceituação do que é vida urbana. Setorizando as pretensas soluções para os problemas urbanos, na realidade aumentamos a alienação e dificultamos a participação e o encontro de soluções.

Para melhor situar os desafios, e no fundo é isto que me pediram para falar, para me concentrar.Para melhor situar os desafios de modo a poder vencê-los, eu acho que é necessário considerar dois planos distintos, que são igualmente importantes.

O primeiro, é o plano mais amplo do desenvolvimento, inevitavelmente global e de longo prazo, mas que é um quadro referencial e indispensável para escolher as estratégias adequadas. Repito muitas vezes, uma frase de Sêneca, que dizia:

"Não sopram bons ventos, para quem não sabe onde quer ir."

Saber aonde a gente quer ir é, portanto, uma premissa fundamental para o estabelecimento de qualquer estratégia.

O segundo plano, é o plano imediato e local. Agindo sob a escala pequena e a curto prazo, evitando, dessa maneira que os problemas se somem, se agigantem, deixando-nos, no fim, impotentes.

Iniciarei alguns comentários sobre o primeiro plano. Os problemas urbanos correspondem, a meu ver, em boa parte, aos problemas do desenvolvimento.

O desemprego existente, em grande parte estrutural e tecnológico e não apenas, conjuntural, resulta de transtornos da economia globalizada, em seus reflexos nacionais e locais. Alguns otimistas chamam esses transtornos de ajustes. Mas não deixam de serem transtornos ao nível da vida cotidiana.

As tensões, a criminalidade, a violência são freqüentemente geradas pela falta de perspectivas e pela falta de capacitação, além de refletirem o desespero causado pelo distanciamento entre os setores mais ricos e os setores mais pobres, e pela freqüência com que família, se rompem e se desestruturam.

Igualmente, a crônica incapacidade financeira dos municípios, para atenderem às crescentes demandas em infra-

estrutura, equipamentos e serviços, é agravada pela incerteza sobre o papel a desempenhar e a melhor forma de gerir os negócios públicos.

As dúvidas, a incerteza, a falta de perspectivas, são todas facetas que denunciam a transitoriedade do momento em que estamos vivendo.

A própria ausência já há algum tempo, de um projeto nacional para o nosso desenvolvimento, reflete além das circunstâncias de Vice-Presidências, do impeachment, da atual campanha eleitoral, mas reflete a excitação sobre o futuro que caracteriza um período de transição.

Estamos no meio de um processo de transformação que no entanto, é bastante profundo e valeria a pena determo-nos um pouco sobre este fenômeno mundial.

A globalização da economia, não constitui um mero desdobramento do tradicional comércio internacional. O que ocorreu desde a década de 60 é um gradual e crescente descolamento dos interesses das corporações transnacionais, dos interesses nacionais dos países que lhe davam origem.

Esse descolamento entre as estratégias empresariais e as políticas nacionais é uma característica deste final de século, e que faz com que, com adequação, se chamem a essas empresas de transnacionais e não de multinacionais.

Elas não representam os interesses casados de muitas nações. Elas não representam interesses nacionais. O que não significa, que elas não sejam interessantes para as nações, que é diferente.

Outro lado, o computador, primeiro, e a telemática logo em seguida, criaram os atuais fluxos informativos de acesso freqüentemente restrito e que aceleram incrivelmente a tomada de decisões e a circulação de capitais.

Globalização, transnacionalização e aceleração constituem mudanças consideráveis e colocam desafios a nível de modernização da concorrência, da governança, dos sistemas políticos, da gestão pública e da gestão privada.

Sem falar das tensões suplementares, a nível do indivíduo, cujo arquivo de informações ampliou-se, e é constantemente alterado, tornando difícil e angustiante, sua digestão na velocidade exigida.Dificultando, por vezes, a transformação de informações e de dados, em real conhecimento.

Para onde aponta essas transformações, e o que caracteriza esse período de transição?

Eu vou riscar, desenhar um cenário. Tarefa a qual, aliás nos dedicamos por dever de ofício no Secretariado do Centro Habitat, das Nações Unidas, a fim de preparar adequadamente a conferência sobre o futuro das cidades.

Neste cenário, por este cenário, eu creio que o sistema de produção de mercadorias será nas próximas décadas profundamente alterado, seja em virtude das mudanças tecnológicas que incorporam o computador em quase todas as operações produtivas, acarretando sensível mudança na estrutura de empregos, seja porque será preciso encontrar outros meios além do já inviável ..... State, para reduzir a curto prazo a distância entre ricos e pobres, eliminando a crescente pobreza que fatalmente, desestabilizaria a ordem mundial. Esses outros meios serão em boa parte representados pela participação do setor privado, movimento das empresas transnacionais, maiores interessadas em incorporar espaços econômicos seguros, evitando a crescente marginalização, que restringe suas atividades.

O novo sistema de produção de mercadorias, que não sei como se chamará, se será um novo capitalismo ou um novo socialismo, poderá nascer desta parceria entre poder estatal e poder transnacional. Ambos no entanto, invadidos e pervadidos pelo novo sistema de participação da sociedade civil. Trata-se contudo, de um mero cenário, sujeito a surpresas que a História, com a sua ocasional insensatez, nos reserva.

De todo modo, qualquer cenário de uma nova ordem mundial só poderá ser atingido após uma fase de transição que será caracterizada, por alguns aspectos não-agradáveis e bastante traumáticos, pela qual, eu acho que as sociedades urbanas vão, em maior ou menor grau, passar nesta década e nesses anos de fim de século ou de fim de milênio.

Eu temo que haverá, em muitos lugares, uma crescente intolerância, e uma busca de manutenção de privilégios, a nível individual, a nível de grupo, a nível corporativo. A nível local, e às vezes a nível nacional, haverá nacionalismos e guerras localizadas, marginalização de populações, sempre para a área educacional e de saúde para adequarem-se às novas exigências do sistema produtivo.

Haverá sim, um desemprego estrutural e tecnológico e ao mesmo tempo, uma explosão de novas atividades produtivas, e de oportunidades de enriquecimento, de substituição de tecnologias urbanas obsoletas e de florescimento das artes e da cultura. Enfim, um cenário de desenvolvimento, um período de transição traumático e, talvez, um novo renascimento no século que vem.

No que tange à realidade urbana. Este mundo em transição se assemelhará a um arquipélago de ilhas urbanas, por vezes verdadeiras cidades-estado, em que se vive bem, modernamente, com elevado grau de informação e de articulação, onde tudo é rápido e semelhante. Estas ilhas, onde todos nós gostaríamos de morar, no entanto, estarão cercadas por recifes semi-submersos de pobreza e carências, com população desinformadas e marginalizadas, e onde o ritmo de vida, será sensivelmente mais lento.

Não será nada tranqüilo viver nesse equilíbrio, instável, entre ilhas e recifes, em que piranhas e tubarões do crime e do narcotráfico se locupletarão vorazmente, enquanto houver o campo do período de transição, donde o interesse crescente em construir pontes, em aproximar os marginalizados e em superar este período de transição.

Naturalmente, há muito a dizer sobre como funcionará o arquipélago das ilhas em que se vive bem. Ele será extraordinariamente articulado, graças ao uso freqüente dos fluxos informativos, e poderá vir a constituir o que o jornalista paulista, Júlio Moreno, batizou de "Netrópolis", Netrópolis com t, Netrópolis, net de rede, um sistema urbano ligado em rede, uma cidade entre aspas, uma cidade virtual, e nesta cidade virtual a intensa articulação telemática alterará hábitos e modos de produção.

Já hoje, as redes informativas, como a Internet, por exemplo, conectam cerca de 2 milhões e meio de comutadores. O que significa cerca de 20 milhões de usuários ou 1 bilhão de mensagens trocadas por mês. E, segundo dados daquele jornalista, seu número tem duplicado a cada ano, durante esta década.

Contudo, essa visão, já profeticamente antecipada por Munfo Reqsli, Lucker e outros, revela a incrível aceleração dos processos decisórios. Assim como aponta para os desafios de, por um lado, gerar os sistemas políticos e sociais que permitam capitalizar sobre este aumento de fluxos informativos e, por outro lado, a necessidade vital de democratizar o sistema, de construir as acima mencionadas pontes, evitando a crescente marginalização, que poderia vir a transformar a virtual "Netrópolis" em real necrópolis.

Repito, os desafios urbanos são os desafios do desenvolvimento. Assim como, é impossível, separar o planejamento urbano das questões ambientais, também é impossível, isolar o desenvolvimento urbano do desenvolvimento.

E neste momento, que é histórico, constitui igualmente desafios não apenas pra o desenvolvimento, mas para a própria humanidade, pois entre visões proféticas, tão pouco podemos olvidar a profecia de Nostradamus, para o fim deste milénio. Em que ele dizia ele citava a invasão da Europa, pelo homem do turbante azul e a destruição da cidade antiga. Isso quanto ao plano mais amplo, ao plano global, ao plano do desenvolvimento, a sua fase de transição e a perspectiva do novo sistema produtivo para daqui a 15 ou 20 anos.

Passemos agora, no entanto, a fazer alguns comentários sobre o segundo plano de observação. O do curto prazo, o da ação local.

Em outros termos, o plano em que se deve estabelecer uma estratégia de ação, para encaminhar o processo de desenvolvimento e de melhoria de qualidade de vida em nossas cidades, para propor uma estratégia, convém conhecer, por um lado, a realidade em que se deseja agir e, por outro, os instrumentos de ação, existentes ou que devem ser criados.

O Brasil apresenta como realidade uma rede urbana considerada razoavelmente estável, em virtude da diminuição do crescimento urbano decorrente do fluxo migratório rural. Contudo, penso que essa constatação é insuficiente para descrever o quadro atual. É verdade que não mais, se presencia o fluxo migratório do nordeste na direção do sudeste, nem a do interior para as capitais, para citar um só exemplo: o da metrópole de São Paulo, desde 1975. O seu crescimento tem sido determinado pelo crescimento vegetativo, e não pelo crescimento migratório. E a sua estabilização, em torno de 20 milhões de habitantes, está prevista no ano 2010.

Não temos portanto, em São Paulo, aqueles crescimentos continuados, que faziam com que as Nações Unidas previssem 24 milhões de habitantes, no ano 2.000. São Paulo não terá esses 24 milhões, terá provavelmente 20.000 milhões no ano 2010.

Por outro lado, o censo de 91, revelou uma drástica queda da fertilidade na população brasileira. É considerável a diminuição na taxa de crescimento das grandes cidades. E isso é um aprendizado, é algo a meditar, sobre o efeito da modernização dos hábitos, dos costumes, a importância das alterações culturais, a influência da televisão, na formação de hábitos culturais, e a sua conseqüência demográfica. Estaria diminuindo, a urbanização no Brasil, no entanto? Tal conclusão, me parece equivocada. O que se observa, é uma alteração no padrão de urbanização. É um novo desenho de rede de cidades.

Os novos caminhos de acesso ao Planalto Central, ao cerrado mais longínquo e à Região Amazônica, estão inaugurando uma nova fase de crescimento urbano, em faixa pioneira. Já havia algum tempo que não assistíamos com tanta consistência o crescimento de faixa pioneira que tornou famosa a urbanização num país como o Brasil ou num estado, como é o Estado de São Paulo.

Esta é um experiência que o Brasil conhece bem, embora os estudiosos ainda não se tenham suficientemente dedicado à sua analise, especialmente ao nível antropológico, ao nível cultural. Enquanto aqui estamos conversando, no entanto, eu tenho certeza que lá na ponta, ao longo de rodovias, estão crescendo cidades, talvez hoje.

E essa posição, esse nascimento de cidades, já não se dá mais na ponta de trilhos, como era na década de 20, ou até na década de 50. Está se dando ao lado de rodovias. E não está se dando sempre em áreas tão férteis, quanto o Mato Grosso, do Goiás, perto de Goiânia, ou a oeste paulista, ou a oeste paranaense, está se dando numa região problemática, de fertilidade em manchas, e cujo meio ambiente é extremamente frágil, que é a Região Amazônica.

Além do crescimento pioneiro, que é uma "facies" da nova urbanização brasileira, em nosso faroeste parcialmente amazônico, assistimos também a um adensamento e reequilíbrio das redes urbanas nas regiões mais adensadas, São Paulo, Rio, Porto Alegre e outras.

As suas cidades médias estão passando por um rápido e sólido processo de enriquecimento e de cosmopolitização; nelas encontra-se emprego, educação superior, diversificação da economia, crescimento dos serviços, politização, além de se conseguir manter um razoável ambiente e uma boa qualidade de vida, apresentam taxas de crescimento positivas e forte tendência a conurbação. Algumas delas, como a região de Campinas, já foram identificadas como em processo de metropolização.

E na região de São Paulo, se identifica a formação, de uma nova formação urbana, que denominamos macrometrópole e que é

a associação de 3 regiões metropolizadas, São Paulo, Campinas e Santos, e de uma parte da metropolização e das conurbações existentes no Vale do Paraíba.

Não se trata de uma enorme mancha urbana, não se trata mais de uma conurbação, mas se trata, sim, de um sistema extremamente articulado, inclusive, ao nível da vida cotidiana. Uma nova formação urbana, que é necessário acompanhar e, especialmente, planejar.

Ora, enquanto ocorrem essas interessantes alterações na rede urbana brasileira, como se tem desenvolvido os instrumentos de ação para conduzir adequadamente o seu desenvolvimento?

Nesse campo, infelizmente, não encontramos a mesma criatividade nem o mesmo dinamismo. Há muitos anos, deixou de existir, ao nível do Governo Federal, um interlocutor sequer, para os problemas de nossas cidades. Até mesmo a memória do que se fez no passado perdeu-se quando do incêndio da sede do Ministério da Habitação, e lá se foram, provavelmente, os últimos resquícios documentais da época do SERFAL e de outras épocas em que o planejamento urbano tinha mais pretígio do que hoje.

A questão urbana tem sido considerada apenas setorialmente, saneamento aqui, habitação acolá. Perdendo o Governo Federal a compreensão do significado e do potencial das cidades para o desenvolvimento nacional.

A descentralização fiscal e o gesto da Constituição, conferindo aos municípios o status de parceiro na federação, atendem aos reclames de maior tensão, por parte de prefeitos, câmaras e organizações não-governamentais. Mas não ajudaram, por hora, a amadurecer, no Governo Federal ou no Congresso, qualquer idéia sobre o papel das cidades no desenvolvimento, sobre o fato delas serem instrumentais, para o aproveitamento das novas oportunidades oferecidas pela economia global.

Ou se planeja, se tem consciência e se utiliza como instrumento a realidade urbana, para o desenvolvimento, ou

estaremos perdendo oportunidades para outros países, que sabem, melhor do que nós, planejar, prever, antecipar-se e agir.

Enquanto na cúpula do Governo marcava passo, com as usuais exceções dos que, nos quadros técnicos, muitos deles aqui presentes, aliás, enxergam mais longe; o poder local, e por vezes, o estadual, pressionados por uma população cada vez mais organizada, avançava experimentando, inovando, resolvendo topicamente os mais aflitivos problemas.

É, nesse sentido, exemplar, o que tem sido feito, entre outras, pela cidade de Curitiba. O conjunto de experiências dos diversos municípios constitue um acervo de considerável riqueza e têm nos inspirado no Centro Habitat das Nações Unidas, a ponto de estarmos iniciando a montagem, em escala global, de um catálogo eletrônico acessível à todos, contendo em diversas línguas as experiências realizadas, e que melhor demonstra boas práticas no manejo das questões urbanas.

É nosso pensamento colocar no catálogo aquelas experiências que foram indicadas por, pelo menos, duas categorias de indicantes. Uma prefeitura, mais um órgão representativo de profissionais ou um órgão do setor público mais uma não-governamental, ou uma fundação mais uma assembléia legislativa ou uma câmara, a fim de dar legitimidade ao critério de escolha do que possa ser considerado uma boa experiência de manejo ambiental ou de gestão urbana.

O presente Seminário é uma saudável demonstração de interesse por um assunto em que o Brasil poderia ser mestre, pois somos eméritos construtores de cidades. E dele convivia que nascesse o estímulo suficiente para gerar projetos e programas capazes de unir sinergicamente todos os parceiros responsáveis e interessados nas operações urbanas.

Embora os participantes do Seminário possam, melhor do que eu, alinhar conclusões e propor medidas, não posso me furtar a dizer que qualquer estratégia para o desenvolvimento urbano brasileiro, isto é, para a melhoria das condições de vida em

nossas cidades, deveria considerar alguns tópicos que eu vou mencionar:

Em primeiro lugar, os riscos e as oportunidades oferecidas pela globalização da economia. Se nós não considerarmos e não conhecermos tanto os riscos como as oportunidades, não conseguiremos estabelecer as estratégias adequadas no campo da educação, e no campo da saúde, e no campo da tecnologia e no campo do planejamento.

Em segundo lugar, é preciso considerar a forte interconexão decorrente dos fluxos informativos. A velocidade nas decisões, provocadas pela articulação de algo que passa acima das nossas cabeças, sem nós termos muitas vezes acesso à elas. Se nós não tivermos um conhecimento, um acesso, não digo um controle, mas pelo menos o conhecimento do que ocorre nesses fluxos de comunicação, nós estaremos perdendo velocidade e estaremos nos alienando das decisões.

Em terceiro lugar, o novo papel da cidade, mormente das metrópoles. Talvez em decorrência dos próprios fluxos informativos, é necessário saber para que serve a cidade. É um ponto de encontro, é um ponto de troca, é um ponto de geração, é um ponto de criatividade, é um ponto de produção, é um ponto de solidariedade, é um ponto de compreensão dentro da nova economia e das novas tecnologias, é preciso redefinir qual o papel da cidades e especialmente das metrópoles que estavam fortemente articuladas como se fossem cidades estado, fortemente articuladas umas às outras.

Em quarto lugar, é preciso considerar o potencial nacional das redes urbanas regionais, carentes de uma política de apoio. Estou me referindo ao conjunto de cidades médias, de regiões urbanizadas que não constituem conurbações, mas que, sim, podem ser consideradas como unidades, especialmente se forem planejadas como unidades. Não é dito que a única forma de viver em cidades seja em metrópoles; há outras formas e é necessário valorizá-las e planejá-las.

Em quinto lugar, é preciso considerar a montagem de um sistema interativo entre níveis de governo, e entre estes, os atores não governamentais. Esta é uma situação que não ocorre apenas no Brasil: a separação, o isolamento, a falta de articulação correta entre o setor do Governo Federal, do governo estadual e dos governos municipais. Esta articulação é fundamental, e hoje entram, nessas articulações, não apenas os três níveis de governo: entram nessa articulação os demais atores do jogo, do jogo da cidade, que são: o setor privado, as profissões, as organizações não-governamentais, os corpos legislativos, os setores privados não produtivos, isto é, as fundações e outras assistenciais, e é necessário que esse sistema se torne interativo, pois há consciência no fato de que, com a velocidade adquirida pelas transformações, não será possível resolver a contento, o desenvolvimento urbano, a não ser que esses atores estejam articulados e dividam a tarefa das transformações.

Em sexto lugar, é preciso considerar a elaboração conjunta de uma política nacional de apoio às cidades, caracterizadas por tamanho e função. O fato de terem sido reconhecidas as cidades, pela Constituição como parceiras, não significa que o Governo Federal possa lavar as mãos e dizer "pronto, já descentralizamos a nível fiscal e também descentralizamos. Isso seria, do ponto de vista da vida das cidades, uma injustiça, uma vez que é fugir realmente da articulação; e do ponto de vista do desenvolvimento seria uma tolice, pois as cidades e o que nelas ocorre são instrumentos de desenvolvimento nacional.

Em seguida, é preciso considerar um programa interurbano, de intercâmbio de experiências. Sabemos, e eu estava até comentando com o Senador Dirceu Carneiro, de como valeram as suas primeiras experiências a nível municipal, quando era prefeito; como as suas experiências foram se espalhando pelo país, através de um sistema até muito simples, de transmissão de informações, e quantas outras cidades, se aproveitaram das experiências que ele estava praticando na sua cidade. Difundir e intercambiar experiências é uma forma de aprendizado extremamente eficaz.

É preciso considerar uma política ecológica e socialmente adequada para as cidades novas nas franjas pioneiras. As franjas pioneiras não devem necessariamente estar carentes de um planejamento federal, de uma orientação e de um apoio; é uma experiência que nós tivemos no passado, de forma espontânea; é possível aprender com essa experiência do passado; é necessário orientar as populações das franjas pioneiras, é necessário admitir que a franja pioneira existe, que a penetração na Amazônia existe e que ela pode se dar bem, ou mal. E nisto o Governo Federal não pode lavar as mãos; é necessário, a nível teórico e a nível prático agir, planejar e apoiar as urbanizações nas franjas pioneiras.

É preciso também, elaborar programas de proteção aos recursos ambientais urbanos, e aí existe todo um capítulo, que eu não vou desenvolver, não é momento, mas é preciso, pelo menos, citar este fato. Por diversos motivos, mais emocionais do que racionais, o movimento de defesa dos recursos naturais, nas últimas duas décadas, levou à institucionalização de todas as medidas oficiais de proteção ao meio ambiente. E isto não é um mal; podemos dizer que isto levou a ser um bem, uma vez que iluminou, de forma extremamente eficaz, um mal desenvolvimento que no país, mas em, nos demais países também estava ocorrendo. Isto é, um crescimento econômico, que não levava em consideração o desperdício dos recursos naturais e o desbaratamento desse potencial para gerações futuras.

A conseqüência desse movimento, que nasceu de fora para dentro, de baixo para cima, como queiram, foi positivo, no sentido que há uma consciência muito maior da importância dos recursos naturais e da natureza em geral.

No entanto, a institucionalização desses movimentos esvaziou o planejamento daquilo que ele tinha, talvez, de mais precioso, que era o ambiente físico. Recordo-me perfeitamente, na ocasião em que foi criada ou que ia ser criada a Secretaria de Meio Ambiente do estado de São Paulo, que recusei num abaixo assinado, pedindo ao governador Montoro, na ocasião de ser criada.E as pessoas que me pediam para assinar, ficaram muito

espantadas, porque sabiam que eu vinha defendendo as teses ambientalístas há pelo menos quinze anos.

Mas eu disse para eles: olha, as teses continuam de pé e a luta continu; no entanto, se nós criarmos uma Secretária de Meio Ambiente, estaremos retirando da Secretaria de Planejamento, onde se monta o orçamento do estado, o planejamento físico, que não dá especialmente nas cidades, para se distinguir da questão ambiental. No entanto, o ambiente externo era de tal forma favorável a criação e a preservação dos recursos naturais, que a Secretaria se realizou e, por ironia do destino, nos anos seguintes, inclusive, eu tive que ocupá-la.

E devo dizer-lhes que a Secretaria foi reestruturada e não trabalhou mal mas não trabalhou mal, por uma única razão; não por uma única razão; eu tinha bons companheiros, mas também por uma razão: é que a Secretaria do Planejamento, naquela ocasião, se dedicava exclusivamente aos aspectos financeiros do orçamento, portanto ela não estava praticando planejamento como eu entendo.

No momento em que as instituicões de planejamento são integradas, portanto lidam com os problemas econômicos, os problemas físicos e os problemas sociais, como o planejamento deve ser, é claro que os choques se dão. E hoje em dia, esses choques se dão em todas as instituições do mundo, onde se realizaram ou se montaram estruturas, e exigem dos seus responsáveis esforços de articulação consideráveis, além de esforços de redefinição de funções e de redefinição de poderes. E muitas vezes, há dificuldades insuperáveis, porque quando as instituições existem, a divisão de poderes se realizou, e ninguém abre mão de poder.

Na questão ambiental urbana, este assunto fica mais candente. Porque, o que é o planejamento urbano? O planejamento físico? É a solução das questões ambientais. Pesa muito menos a preservação de recursos naturais numa cidade já existente. Existem cuidados ainda com o que resta das pedreiras, com o que resta da areia dos rios e com o que resta da vegetação, e a necessidade de plantar continua existindo. Isso não se diferencia

daquilo que é o planejamento físico, na questão propriamente dita do ambiente territorial.

É necessário, portanto, uma conceituação mais clara e uma ação definida. É preciso proteger também, no entanto, os recurso humanos, notadamente em educação, capacitação e saúde.

E aí, novamente uma experiência recente. Quando estava ainda, na EMPLASA , até março deste ano, eu não sei se o presidente atual, meu sucessor, está na Casa? Não está; porque ele vem para esse seminário. Quando nós concluímos o plano metropolitano, ou antes de concluir, realizamos um debate sobre o significado do desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável é uma expressão conveniente, que traz dentro do seu bojo a informação de que, se nós não protegermos a natureza, o desenvolvimento não se sustentará, o que me parece rigorosamente correto. Quando no entanto, se traz essa expressão para o ambiente urbano, embora a frase ainda esteja correta, cabe prestar atenção nos vocábulos, e saber se, preservando os recursos naturais de uma cidade, está garantida a sustentabilidade do desenvolvimento urbano. E quando fizemos essa discussão, no âmbito do plano metropolitano de São Paulo, a resposta era não. Podemos ter uma perfeita política de preservação dos recursos naturais de São Paulo, e nada garante que o desenvolvimento será sustentado, se se mantiver a marginalização, o desemprego, a desinformação, a violência que decorre, e assim por diante. Portanto, não são apenas os recursos humanos, que devem ser protegidos, para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento. É preciso proteger os recursos humanos. E proteger os recursos humanos para garantir a sustentabilidade do desenvolvimento significa planejamento e investimentos no campo da educação, da saúde e da capacitação.

É preciso também considerar a formalização política de uma descentralização. Novamente, depois de todos os períodos de descentralização e de governos autoritários, nada mais natural e democrático do que lutarmos pela descentralização. Inclusive, porque parece que isto aumenta a eficiência. É verdade, até um certo ponto, mas é preciso ter clareza de conceitos. Nós podemos, no Brasil, descentralizar a tal ponto que o planejamento se torne

inviável e os coronéis, em certas regiões, voltem a ser plenipotenciais. Nem sempre a descentralização significa vida democrática. É preciso não ser deixar enganar pela palavra. Ela é positiva; na maior parte dos casos, ela reflete uma tendência à parceria e à participação da sociedade nas decisões. Mas é preciso evitar generalizações, a fim de poder permitir que o desenvolvimento, inclusive com participação nas decisões por parte da população, não se torne uma caricatura de si próprio.

É preciso também, formalizar os instrumentos de uma política urbana. É preciso desenhar estratégias de desenvolvimento urbano. Não há espontaneidade do desenvolvimento, dos desenvolvimentos sociais. Eles significam, revelam a criatividade que é um traço cultural importante na cultura urbana. Mas isto não implica que se possa prescindir do estabelecimento de políticas públicas, e nem se pode permitir que qualquer governante, em nome de uma pretensa democratização, que aí sim, estaria entre aspas, simplesmente, entregue as decisões e se omita de estabelecer propostas de uma estratégia de desenvolvimento urbano.

Finalmente, é preciso que haja maior cuidado nos programas emergenciais e nas políticas para a posse da terra e a posse da habitação. Não estou me referindo à propriedade da terra, nem à propriedade da habitação. É preciso examinar com mais cuidado, em função de todo problema habitacional, a questão da terra, e este não é um problema só brasileiro, é um problema que está sendo reconsiderado com muito cuidado, por todos os países do leste europeu, cuja propriedade da terra e posse da terra, na época do socialismo, passaram a ser nacionalizadas e depois, desnacionalizadas, de forma diferente, em cada um daqueles países. E eles estão enfrentando um problema que é um problema político, mas que é um problema legal, e que é um problema social, de como considerar a propriedade, o uso, o usufruto e a posse da terra. São todas categorias diferentes e é necessário discutir, debater e chegar a estratégias que clarifiquem um pouco essa situação.

Estas considerações todas, em que me permiti avançar, revelam a grande riqueza e o grande potencial do planejamento

urbano, nesta fase de transição e com esta perspectiva de um desenvolvimento a médio prazo, inteiramente novo, no desenvolvimento dos nossos países.

Nestas questões, de uma forma mais global, é o que estamos nos ocupando nesse momento, nas Nações Unidas, na montagem da segunda conferência sobre assentamentos, urbanos, humanos, que se realizará em Istambul em 1996. No Secretariado dessa conferência, que também é conhecida como habitar 2, e que deverá ser uma conferência muito ampla e ao mesmo tempo, uma reunião de chefe de estado, que discutirão e deliberarão sobre o futuro das cidades, aguardamos o resultado de seminários, como este, com grande interesse.

Esta conferência está sendo montada de uma forma um pouco habitual, para as Nações Unidas. Normalmente as Nações Unidas montam conferências em que, um setor está trabalhando na montagem de uma conferência, sem se preocupar demais com o que os demais setores das Nações Unidas estão fazendo. Isto é verdade em qualquer organização. Por que não nas Nações Unidas? No entanto, nós percebemos, nas primeiras discussões que fizemos este ano que a questão era importante demais, para estar fechada dentro de uma organização chamada: Habitat, com sede na Aerob, e nós propusemos então ampliá-la, de forma que achamos adequada, uma vez que, no jogo das cidades, está se fazendo o jogo do desenvolvimento.

E nós estamos propondo que essa conferência seja uma conferência de sinergia e de parcerias. Quem são os parceiros? Os parceiros são: os prefeitos e os conselhos municipais, os profissionais e pesquisadores, o setor privado, o setor privado não produtivo, as fundações, as organizações não-governamentais e os parlamentares. A cada uma dessas categorias nós estamos abrindo um espaço para, na conferência, produzirem um fórum específico. E com cada uma delas estamos trabalhando para que eles, durante dois anos, se preparem a discutir, do ponto de vista da sua ótica particular, " qual é o futuro das cidades?" Se esses são os parceiros, quais são os associados? São as demais agências das Nações Unidas.

E assim, nós pedimos à UNESCO, para que organize no ano que vem, um colóquio sobre preconceito, intolerância e solidariedade. À UNICEF, para que organize, para o ano que vem, um colóquio sobre mulher, criança e rua.

Para a Organização Mundial do Trabalho, para que organize um colóquio, o ano que vem, sobre a perspectiva da estrutura de emprego urbano. E em relação a este colóquio, estamos determinando a todas as comissões econômicas regionais, das Nações Unidas, como a CEPAL, na América Latina, para que façam um estudo sobre a perspectiva do emprego urbano e da economia urbana, na região, como insumo para esta atividade da Organização Mundial do Trabalho.

Para a Organização Mundial da Saúde, propusemos que façam uma pesquisa, um concurso e um colóquio sobre infra-estrutura de saneamento para cidades com mais de 10 milhões de habitantes. Como muitos de vocês sabem, no final desse século, das 25 maiores cidades do mundo, 19, estão naquilo que se chamava de terceiro mundo. Elas não têm rede de esgoto, elas não terão redes de esgoto a curto prazo, na tecnologia vigente. Então a Organização Mundial de Saúde vai aproveitar o ensejo, para fazer esta investigação.

Diversos livros estão sendo comissionados. Nós queremos. Há um sociólogo, acho que Duckan, que escreveu uma vez: 'não há nada mais prático do que uma boa teoria.' E nós estamos encomendando teorias. Nós estamos comissionando alguns livros. Manuel Castels vai escrever um livro, o Centro Uldol Wilson, sobre o futuro das cidades. O Uldol Wilson Center de Nova Yorque, está preparando um livro sobre mudança urbana. E nós pretendemos então, durante o ano que vem, termos, inclusive, livros que mobilizem a intelectualidade, os teóricos e os profissionais, para esse momento de discussão do problema urbano e do futuro das cidades. Essa, paralelamente ao trabalho dos parceiros e ao trabalho dos associados. É claro que, em cada país, os governos estarão criando os comitês nacionais, sendo que no Brasil já existe pronto um Decreto, criando o Comitê Nacional para o Brasil, que o Presidente, como fui informado, ainda não assinou.

E esse Comitê Nacional está sendo em cada país, e no Brasil também montado da maneira como se decidiu montar a conferência. Isto é, um comitê no qual participam aquelas categorias todas. Participam os profissionais, participam as não-governamentais, o setor privado, os profissionais e os prefeitos.

E é dessa maneira, que estamos marchando, no caminho para Stambul, de uma maneira extremamente ampla e sinérgica, a fim de buscar alguns produtos que alterem a relação e os compromissos internacionais. E aí, eu paro, só para citar os produtos que nós pretendemos tirar dessa conferência.

Ao nível do secretariado, portanto, ao nível do Habitar, do Centro Habitat, pretendemos montar aquele catálogo eletrônico de experiências positivas urbanas, que mencionei antes. Pensamos também montar um observatório urbano, que produziria, em cada ano, um boletim regional, dizendo quais as tendências na economia e na sociedade, que são pertinentes às estratégias e às políticas urbanas como contribuição. Pretendemos também montar um novo fundo, um fundo urbano global, que permitiria orientar, de uma forma mais global e menos setorizada, os fundos levantados pelos bancos multilaterais.

Nós pretendemos, em Istambul, obter, das agências internacionais, das Nações Unidas, mas também dos países, compromissos. Normalmente, nessas conferências, os compromissos são de longo prazo, são de consenso. Consenso, longo prazo, dá aquelas resoluções genéricas, extremamente generosas, e na qual a população geralmente não acredita muito. Elas não deixam de ser importantes, porque elas estipulam e são firmadas, e no caso de Istambul serão assinadas por Chefe de Estado.

Mas, além desses acordos e desses acordos de consenso, nós estamos pedindo a cada país, que dentro do seu relatório haja um capítulo com o título: primeiro passo, primeiros 5 anos E cada país, então se comprometerá em um primeiro passo, e esse primeiro passo tem 5 anos. Portanto, muitos dos governantes ainda estarão por aí. E dará para lembrar que o compromisso era esse ou aquele. É claro que esse compromisso de curto prazo será um compromisso cauteloso, imagino que seja, mas será um compromisso.

E nesse fato, no fato de apostarmos no curto prazo, também a conferência de Istambul estará inovando.

Este seminário de hoje é um seminário que nós estamos examinando com muita atenção, como um daqueles blocos de construção que nos ajudam a pensar, que nos ajudam a aperfeiçoar e que nos ajudam a montar propostas para a conferência ao nível dos compromissos internacionais.

Eu quero, por isso, agradecer ao honroso convite, feito pelos organizadores, que me deu então possibilidade de estar em contato com vocês e de poder ao, seu encerramento, receber as conclusões do debate.

Muito obrigado.

- Eu queria agradecer ao Dr. Jorge Wilheim pela sua apresentação, excelente apresentação, e queria iniciar a fase de debates, passando a palavra para o Senador Dirceu Carneiro.

Vinte minutos.

FALA DO SENADOR DIRCEU CARNEIRO

- Desejo cumprimentá-los, a todos.

Quero cumprimentá-los também, pelo propósito deste seminário, considerá-lo de muita importância. Sempre, seria importante, mais talvez, particularmente, mas importante do que o normal.

Quero cumprimentar a todos os participantes da Mesa, de um modo particular ao Professor Jorge Wilheim, que desde que cursávamos a Faculdade de Arquitetura de Porto Alegre, já tínhamos contato, quando fazia curso de indicadores urbanos para a nossa escola, portanto, já de longa data, temos acompanhado e admirado a trajetória do Professor Jorge, e também, particularmente, cumprimentá-lo, por este trabalho, que trouxe à

reflexão do seminário, e também por esse importante papel que está cumprindo na Habitat.

Eu queria participar desta visão que o Professor Jorge trouxe a este Seminário, e gostaria de trabalhar, de trazer algumas reflexões sobre algo que, me parece, faz parte desse rol de preocupações, e aonde eu estou dedicando uma boa parte do meu tempo de parlamentar, que me parece interessante trazer a este encontro. Se trata desse espaço que está surgindo, aqui na América do Sul e que seguramente, vai trazer reflexos profundos em relação às cidades, que é o MERCOSUL.

Eu sou Presidente da Comissão Parlamentar Conjunta; atualmente o Brasil preside essas Comissões. Do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, e me parece que dentro deste contexto proposto, trazido a este Plenário, eu acredito que seria oportuno, trazer também algumas preocupações nesse sentido, exatamente porque me parece que este novo cenário, que está se construindo à partir dos interesses econômicos basicamente é o conteúdo do tratado de Assunção. Ele vai produzir neste território, que é muito maior do que o território nacional, portanto inclui mais 3 outros países, e seria oportuno começarmos a pensar sobre este assunto.

Nós estamos fazendo uma integração, estamos construindo uma integração, sem termos ainda resolvido os nossos problemas de homogeneidade social ou regional, e evidentemente que, se quando estávamos sós, sem interdependência maior para tomarmos decisões e estabelecermos políticas, não alcançamos ainda a um nível satisfatório, agora, nesta união de mercado, onde um conjunto de interferências deste novo cenário, vai provavelmente, dificultar o estabelecimento de políticas sociais ou regionais, para buscarmos este equilíbrio.

E neste cenário, que nós estamos visualizando, que a dinâmica dessa economia, que começa a se formar, evidentemente que com características também muito semelhantes às do Primeiro Mundo, é que vai produzir um novo espaço, que não coincide com o território desta composição dos nossos 4 países.

Existem, já, algumas reflexões postas de que o MERCOSUL real vai ser um país que começa logo ao sul de Buenos Aires, incluindo aquelas regiões mais desenvolvidas da Argentina, passando pelo Uruguai, uma parcela pequena do Paraguai, e um território brasileiro, que não vai além, de Minas Gerais e Espírito Santo.

E que esse novo território, de aproximadamente 100 milhões de indivíduos provavelmente, com uma renda per capta de U$ 500 bilhões, portanto, um produto interno de U$ 500 bilhões e uma renda também bastante alta, em torno de U$ 5.000, por aí, seria então um núcleo, uma mancha dinâmica desse processo, e que nós, nesta probabilidade, se não tomármos cuidados, para um conjunto de aspectos que seriam extremamente importantes neste período, nós estaríamos correndo o risco, de construírmos dentro deste território, da união dos mercados dos nossos 4 países, um território dinâmico, econômico, bem menor do que o que deveríamos alcançar. E, por outro lado, introduzindo profundas distorções.

Este momento histórico, que nós estamos atravessando, possivelmente deixando um período inflacionário para trás, que em um ambiente extremamente adverso para grande parte das populações, e com profundas distorções, como concentrações de renda e outras, muito nossas conhecidas, nós poderíamos passar para um conjunto de mecanismos mais sofisticados, muito típicos do primeiro mundo, mas que não deixariam de também, alcançar níveis de concentração de renda muito perversos e apenas muito mais sofisticados do que estes procedimentos grosseiros da inflação.

Acho que, nós estamos andando para um caminho, para um rumo, para objetivos que, de algum modo, vão reproduzir aquelas distorções que hoje nós encontramos no Primeiro Mundo. Esses processos mais sofisticados evidentemente não passam pelos aspectos grotescos da inflação, mas passam por produtividade, que é um padrão de Primeiro Mundo e que leva também, a níveis de concentração de renda, a automação, a arrobótica, um conjunto de tecnologias sofisticadas que, evidentemente, vão reproduzir aqui, um perfil com possíveis problemas de desemprego e desequilíbrios regionais, extremamente complicados.

E neste universo de reflexão, nós poderemos ter novamente estabelecidas correntes migratórias de regiões menos dinâmicas, e nós podemos até localizar, em quase cada um dos nossos países, onde isso poderia acontecer.

Evidentemente que possível, não se repitam em relação aos fatos históricos recentes, como migração para o Rio de Janeiro, São Paulo ou grandes metrópoles dessa natureza, mas ser por outras áreas que serão atrativos interessantes num futuro próximo.

Nós, lá em Santa Catarina, já começamos a ter uma certa migração de pessoas pobres, marginalizados do Paraná e de outras regiões mais ao norte do Estado, o que nunca havia acontecido; cidades que não tinham nenhum pobre, praticamente, nenhum miserável, pouquíssimos pobres, hoje já começam a aparecer certas manchas urbanas, onde esse pessoal começa a se estabelecer em busca de oportunidade de trabalho, nas cidades de Jaraguá, São Bento, só para dizer duas, que eram bem típicas dessa situação, de não terem praticamente pobreza.

Este efeito, se ele não for cuidado, provavelmente nós teremos, em todo esse território dinâmico do MERCOSUL, esses fluxos de correntes migratórias.

Na Argentina, aquelas áreas, ao norte da Argentina, onde já houver, inclusive recentemente, conflitos sociais bastante sérios, e são regiões muito conhecidas nesse sentido, e que, algumas áreas, inclusive, indígenas, descendo rumo a Cordova, a Santa Fé e outras regiões dessa natureza.

E aqui no Brasil também, se não tivermos os cuidados nesse período crítico que nós estamos enfrentando, seguramente vamos ter algumas correntes migratórias extremamente complicadas para enfrentarmos aí, nos próximos anos.

De modo que, o que nós gostaríamos de trazer à reflexão deste Plenário seriam essas preocupações, exatamente neste contexto do mundo de hoje, onde nós estamos acompanhando

essas formações dos blocos, que se por um lado pode-se visualizar uma abertura e uma intensificação das trocas internacionais, por outro lado são construções de muralhas extremamente sérias em redor de uma dessas regiões, como já se verifica, um conjunto enorme de protecionismo em relação a União Européia, e a resposta que isso vai gerando em outras partes do mundo, com seus conseqüentes blocos e articulações regionais para as mesmas finalidades, ou dinâmica, de uma área que se constrói muralhas ao redor e se privilegiam ao máximo; e por outro lado, se intensificam as trocas interblocos, mas não que isso realmente seja uma abertura global, ampla e total das trocas internacionais ou das relações internacionais.

É nesse sentido, evidentemente, que o nosso bloco do MERCOSUL, ao nível que ele ainda está se esboçando, ele se diferencia bastante de outros que podem construir as muralhas e impedir que as correntes migratórias entrem, como no caso europeu, sejam das correntes migratórias africanas ou árabes ou de leste europeu, ou de qualquer natureza.

Nós, aqui, vamos estar em um ambiente, onde não poderemos estabelecer esse tipo de política, e portanto vamos ter que enfrentar as conseqüências de um desenvolvimento ou de um crescimento desequilibrado, se assim não tivermos os cuidados necessários para que isto seja impedido.

Evidentemente que a informação - me parece que essa super estrutura que está se formando, em termos de comunicação - é um dos aspectos que vai definir, em muito, essa mancha, de que acabamos de falar aqui, em relação ao MERCOSUL.

Por outro lado, além de enfrentar.a rede urbana no nosso país, estamos nos referindo a qualquer coisa como 3%do território nacional. Mas com 70 e tantos por cento, sei lá; se 75%, já, da população brasileira, amontoada nesses 3% de território.

De modo que este desafio gigantesco que o nosso país está enfrentando, tem que enfrentar, e como já foi dito aqui, não tem nenhuma instituição com aquele, com as competências

institucionais definidas, para cuidar desse assunto, evidentemente que se agravam, ainda muito mais, esses desafios, que temos pela frente.

Trabalhando no parlamento, me dediquei bastante, quando dirigi o Senado, do ponto de vista administrativo, primeira secretaria, há alguns anos atrás, de trabalhar um conjunto de instrumentos para fazer com que o parlamento brasileiro pudesse fazer a sua contribuição neste processo de colocar à disposição da cidadania, as informações ou os bancos de dados, lá disponíveis. O Senado tem enormes bancos de dados, e de grande importância para muitas instituições e para o cidadão de um modo geral. No entanto, ao longo do tempo, eles estão completamente isolados e inacessíveis, dado as tecnologias superadas e de difícil acesso, em que nós nos encontrávamos, nessa área. Demos um passo bastante ambicioso, e ao nível da circulação das informações, internamente chegamos a um nível bastante satisfatório, com imagem e voz em todos os gabinetes dos parlamentares, originária de todos os plenários daquela Casa.

E para a sociedade como um todo, nós buscamos algumas tecnologias que poderíamos dispor, para fazer com que todos aqueles bancos de dados, que se referem a todas as leis, desde 1946 até hoje; toda a jurisprudência dos tribunais superiores, todos os resultados eleitorais por urna, desde de 1978, e assim por diante, um conjunto enorme de informações; nós acabamos encontrando uma tecnologia acessível ao nosso nível de renda, que foram os CDs, CD Room, aonde cada um deles poderia conter um, ou vários bancos de dados, e nós poderíamos colocar todas essas informações ao nível de qualquer cidadão, em qualquer cidade do Brasil, através fosse da biblioteca pública, da prefeitura, da câmara de vereadores, da universidade, de um sindicato, cooperativas, afinal de qualquer instituição que aceitasse divulgar ou colocar aquelas informações ao alcance de qualquer cidadão que se interessasse, e por um custo extremamente baixo, portanto, bastante compatível com a nossa realidade econômica. E nesse sentido, colocar então ao nível de atualização compatível com cada dinâmica de cada banco de dados; colocar essas informações ao alcance de toda a cidadania brasileira, aonde ela está, aonde ela trabalha, aonde ela mora, sem evidentemente

maiores custos, porque hoje elas estão a disposição, mas são inacessíveis, portanto, são indisponíveis, em termos práticos.

Nesse sentido, nós queríamos colocar, então, a atenção que temos procurado dar, no sentido de que essas informações ou essa comunicação, ou essas formas, que vão levar ou vão permitir que os cidadão acessem essas informações em nível satisfatório, são algo extremamente importante para a construção da democracia brasileira e para a construção da sociedade que nós queremos alcançar.

De modo que eu traria aqui essas reflexões, particularmente deste desafio, que hoje, maior que o desafio brasileiro, que é o desafio da integração, e cujos reflexos deveríamos dedicar um pouco das nossas atenções, porque elas vão interferir na vida de cada brasileiro e particularmente, vão interferir profundamente nas cidades, especialmente pelo papel que as cidades hoje estão assumindo, onde a grande dinâmica do capitalismo ou das transformações vão se realizando e acontecendo.

De modo que eram essas considerações, que eu gostaria de trazer ao Plenário.

Obrigado.

- Eu queria agradecer ao Senador, as suas considerações, e queria reiterar meu convite aos participantes, a encaminharem perguntas eventuais que tiverem à Mesa, desde já.

A seguir, eu queria passar a palavra à Drª Tereza Lobo.

FALA DA DRª TEREZA LOBO

- Eu queria agradecer a oportunidade de poder estar participando, como debatedora, do documento do Dr. Wilheim, que

sempre tem alguma coisa a nos ensinar. E desta vez ele traz algumas coisas extremamente interessantes.

Eu estou falando, aqui, substituindo o Emerson Kapaz, que seria o debatedor. Emerson, suponho que seja bastante conhecido dessa platéia, como jovem liderança empresarial neste país, representante do PNBE, Pensamento Nacional das Bases Empresariais, e que, eu tenho certeza, está lamentando não poder comentar o documento do Professor Wilheim, porque fala de coisas a bastante gosto de Emerson Kapaz, por exemplo: a globalização da economia.

Emerson está extremamente preocupado com isso, ele tem se referido a isso, e ao papel do empresariado brasileiro com respeito a essa situação que já é um fato e que este país parece ignorar, e o Professor Wilheim traz isso à nossa consideração.

Dentro da discussão da globalização da economia, no que diz respeito ao desenvolvimento urbano, eu gostaria de chamar a atenção de um ponto, que também acaba de ser mencionado pelo Senador Dirceu Carneiro, que é a questão do fluxo de informações.

O jornalista Júlio Moreno, citado pelo Professor Wilheim, usa de uma prerrogativa graciliana, de falar de Netropólis, mas certamente, ele não estava pensando nesse país, onde fluxos de informação são raridades, onde uma planejada e sistemática destruição dos esquemas de informação foi extremamente bem-sucedida.

Eu estou vendo aqui nesta platéia muitos representantes de executivos estaduais, municipais, muitos representantes de academia, e todos eles sabem melhor do que eu, ou sofreram comigo, tanto quanto os dessa Mesa, com a falta de informação; ou quando a informação é disponível, é absolutamente não-confiável.

Então, como podemos falar de Netrópolis, num país onde houve, eu repito, uma planejada e sistemática destruição das estruturas de informação. Essa é uma primeira observação que eu

gostaria de fazer e que, tenho certeza, seria objeto de preocupação do Kapaz.

O exemplo que o senador dá,: da estrutura montada pelo Senado, confirma o isolamento onde algumas ilhas de excelência de informação ainda existem e lutam bravamente para se abrir.E quem trabalha com desenvolvimento urbano, ou quem trabalha com setor público, quem trabalha com desenvolvimento em geral, sem informação, não trabalha. É amador.

O segunda plano de estratégia de ação, eu me permito pedir um esclarecimento ao Professor Wilheim, para não contradizê-lo, se bem eu entendi, e se não entendi, por favor professor, me corrija.

Eu não consigo ligar curto prazo com estratégia de ação. E talvez seja esse um dos entraves mais complicados que nós temos para discutir qualquer coisa, que se refira à política, neste país. A visão de curto prazo, tem freqüentemente atravessado e embaralhado e impedido que qualquer tipo de mudança mais estrutural aconteça.

Outro ponto também já bastante trabalhado nesses fóruns e nos documentos sobre desenvolvimento urbano é a acessiva setorização, que o Prof. Wilheim novamente levanta, e que essa trágica herança do passado ainda bastante recente, fruto de uma estratégia institucional e financeira, desse centralismo autoritário, que até hoje tem entre nós todos, belos representantes, que pensamos, continuamos pensando de uma forma bastante setorial.

Esse é um desafio que a democratização deste país, não conseguiu sequer discutir. Continuamos pensando setorialmente, continuamos financiando setorialmente, continuamos montando esquemas setoriais, porque são aqueles mais confortáveis e onde os interesses se organizam mais facilmente.

Nenhuma discordância do Professor com respeito aos temas levantados pela estratégia. Qualquer estratégia que

trabalhe com desenvolvimento urbano tem que passar por esses temas mencionados pelo Professor.

O desafio, e é esse que talvez impeça que continue se avançando sobre isso, é como tornar que esses temas se transformem num conjunto harmônico, orgânico, de uma política de desenvolvimento urbano. Como impedir, evitar que eles sejam continuadamente tratados da forma fragmentada, desarticulada, desorganizada, como vêm sendo historicamente tratados? E como fazê-los coerentes, consistentes, com aquilo que também o Professor, resolveu deixar bastante claro, não dá para pensar desenvolvimento urbano sem desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Como fazer esta ligação? Como tornar consistente a idéia do desenvolvimento urbano com a idéia do desenvolvimento econômico e social? Em outras palavras, como voltar a colocar o desenvolvimento urbano na agenda política do Estado Nacional, que desapareceu? Se é que existe uma agenda política neste Estado, neste momento.

Alguns candidatos tentam dizer que têm uma agenda política. Até agora , a idéia do desenvolvimento urbano, conforme proposto pelo Prof., não passou por essa agenda, a meu juízo. Pode ser que eu não tenha visto todos os programas, a paciência não permite. Mas não vi até agora.

Na medida em que o desenvolvimento urbano voltasse a ser colocado como prioridade na agenda política do Estado, arranjos institucionais e arranjos financeiros voltariam como decorrência lógica, do processo. O caos organizado que se tem hoje na área do desenvolvimento é porque ele não está na agenda política do Estado Nacional.

E eu queria, agora banalizar um pouco a discussão. Torná-la bem banal, bem rasteira, e voltar àquela pergunta, que sempre se faz, e que nunca, ninguém consegue responder: Desenvolvimento, pra quê e pra quem, Prof.? De que desenvolvimento estamos falando? E aí, é um outro assunto que foi mencionado pelo Senhor, sua contribuição, que é a questão da pobreza. Inserir a questão da pobreza na agenda do desenvolvimento urbano, e aí, eu me refiro a não inserir mais no

discurso, porque no discurso ficou barato, ficou fácil essa discussão. Eu nunca vi tanta gente falando tão bem de pobre neste país, ultimamente. Não mais as ações de boa vontade e de altruísmo da sociedade, mas fazer com que, de alguma forma, a focalização das políticas estejam claramente definidas nessa agenda política a que eu me referi.

O Rio de Janeiro, é um exemplo muito claro de que, se a gestão urbana não passa pela questão da pobreza, aquela música bonita do Caetano, que falava que "o Havaí é aqui", lembram-se? "Menino do Rio", e tinha uma frase no "Menino do Rio", que dizia que "o Havaí é aqui". O Gabriel pensador, rapidamente, vai fazer um rock chamado "Sarajevo é aqui".

E não há gestão urbana que impeça que o Havaí se transforme em Sarajevo, se não começarmos a discutir a questão da pobreza junto com o desenvolvimento urbano.

Eu acho que esse Seminário tem uma grande oportunidade e um tremendo desafio de poder reabrir essa discussão, e certamente a contribuição do Prof. Wilheim foi uma delas.

Obrigado.

- Eu agradeço à Drª Tereza Lobo, e queria passar a palavra, agora, à Drª Alba Zaluar.

FALA DA DRª ALBA ZALUAR

- Bom, antes de mais nada, eu gostaria de agradecer muitíssimo a esse amável convite que me trouxe até vocês, uma platéia nova para mim e espero dizer tudo aquilo que eu gostaria de trazer para vocês: da minha experiência acumulada nos estudos sobre violência e criminalidade em algumas cidades brasileiras, especialmente no Rio de Janeiro, nesTes 20′ de que eu disponho.

Eu vou falar como antropóloga, e como antropóloga vou, digamos assim, procurar preencher um dos Itens, mencionados nesse brilhante paper do Prof. Wilheim.

Em primeiro lugar, eu gostaria de frisar que, além quer dizer essa necessidade de repensar o desenvolvimento urbano, social, econômico e tudo o mais, deverá ser precedido de uma discussão das nossas teorias sociais sobre os problemas urbanos.

Por exemplo, nos meus estudos, eu cheguei À conclusão de que nós temos que repensar a relação entre pobreza e criminalidade, que todos nós, de um modo geral, aceitávamos como um altruísmo, uma verdade mais ou menos sem discussão.

Isso porque, nas pesquisas que eu fiz, tanto as qualitativas, quanto as quantitativas, essa relação não era absolutamente uma relação fácil de verificar, ou mesmo dada, seja pelos entrevistados, rapazes, jovens que eu entrevistei, seja pelos dados estatísticos, que eu analisei num plano nacional.

Sobre esses dados estatísticos me vêm questionar um pouco o que a Tereza Lobo acabou de dizer sobre a destruição dos nossos canais de informação. Porque, para surpresa minha, eu os consegui com colegas meus, do Instituto de Medicina Social da UERJ, Prof. José Noronha e a Profª Seres de Albuquerque, dados nacionais sobre as mortes violentas nas regiões, as macrorregiões, nos estados, nas capitais, nas regiões metropolitanas, pelo Ministério da Saúde, e que vem através do SUS; quer dizer, nós temos um sistema que é integrado nacional e descentralizado também, porque os computadores do SUS, aqui do Rio de Janeiro, fornecem esses dados para nós. Eu fiquei extremamente impressionada com isso, e eu posso então agora apresentar ligeiramente, para vocês, alguns resultados dessa pesquisa.

Por essa pesquisa também, eu acho que nós temos que rever as nossas teorias sobre a urbanização, a relação entre a urbanização acelerada e o aumento da criminalidade, porque não bate com as informações que nós temos a respeito das cidades e das regiões metropolitanas nas quais as mortes violentas,

especialmente homicídios, aumentaram na década de 80. Não são as cidades e as regiões metropolitanas que mais cresceram no país.

E além disso, eu acho, que nós estamos diante de uma nova pobreza; nós temos que analisar essa nova pobreza, que não é mais aquela pobreza tradicional, que contava com uma certa esfera de proteção e de lealdade pessoal com o patrão. Era uma pobreza, por incrível que pareça, embora nós saibamos que alguns dos índices dos indicadores sociais no Brasil melhoraram sensivelmente, é uma pobreza que não apresentavam o mesmo caráter de destruição que nós encontramos nas regiões metropolitanas brasileiras, hoje. Mas, ao mesmo tempo, eu considero que esta pobreza, a participação de uma pequena parte desses pobres urbanos nas redes de crime organizado, nas cidades brasileiras, tem muito mais a ver com aquilo que se chama, na teoria sociológica internacional, de privação relativa, acompanhada de uma transformação das formas de organização familiar, dos novos padrões de consumo, de um novo etro do trabalho e do lazer, além, obviamente, do fracasso do sistema escolar, nas últimas décadas no Brasil, e das políticas públicas voltadas para esse setor da população, sobre o qual eu quero chamar a atenção de vocês.

Bom, no meu entender, então, após analisar esses dados nacionais, eu acho que as prioridades e os problemas enfrentados pela população brasileira, mais pobre, mudaram.

Por exemplo, fiquei impressionada com o fato de que não são, nem as doenças provocadas pela desnutrição, nem as doenças infecciosas ou parasitárias, as mais comuns e as que provocam mais mortes no Brasil de hoje.

As estatísticas de mortalidade apontam que são as doenças de circulação, o que indica muito mais uma alimentação errada do que uma falta de alimentação; os cânceres, em segundo lugar; e em terceiro lugar, as mortes violentas.

Os dados sobre mortes violentas entre jovens no país, entre crianças e jovens, são muito impressionantes; eu vou apenas relembrar, talvez vocês conheçam.

Nos últimos anos, nós subimos de 3,1 morte de criança adolescente por dia, em todo o país, devido a mortes violentas, para 5,6 mortes em 1990. Isso foi de 88 para 90; esse aumento é quase o dobro.

Essas mortes violentas agregam o número de mortes, por cinco diferentes causas: acidente de transporte, outros acidentes, suicídio, homicídio, e outras violências que é uma forma que os médicos, que preenchem o atestado de óbito, têm de jogar a informação sobre a qual eles não têm uma segurança de dizer se foi intencionalmente ou acidentalmente infringido. Então, eles põem em outras violências.

Em São Paulo, em 1990, morreram, assim, 853 jovens, no Rio de Janeiro, 442. Isso só nos municípios, tá.?

Segundo essa mesma fonte, que é o CBIA, os jovens brasileiros, de 15 a 18 anos, morrem mais de assassinato do que qualquer outro motivo. Na fase de idade que vai de 5 a 11 anos, figuram, em primeiro lugar, acidentes de trânsito. Dessa idade em diante os homicídios provocados por arma de fogo lideram as estatísticas, com 39% do total de mortes, seguidos de acidentes de trânsito, 26%, e outros tipos de armas e afogamentos.

Dos 39% de mortes provocadas por arma de fogo, 78%, atingiram jovens entre 15 e 18 anos de idade. 10% entre 12 e 14, 8% entre 5 e 11, e 4% entre 0 e 4 anos.

Faleros calcula que 70% dessas mortes, atinjam adolescentes entre 15 e 17 anos, e ele atribui 50% dessas mortes a ação de grupos de extermínio, a que ele chama de grupo de extermínio, a que eu chamo de grupo de extorsão. 40% a grupos de traficantes e 8,5% a polícia.

Bom, a conseqüência disso é que está claro, por esta estatística, que não são as crianças que estão principalmente morrendo dessa forma, pela qual o mundo passou a conhecer o Brasil, muito negativamente, mas são adolescentes, principalmente acima de 14 anos de idade.

No estudo que eu fiz, nessas mortes, atingem principalmente os homens. Na faixa de idade de 15 a 19 anos, 84% das mortes violentas atingem os homens, quer dizer, é uma proporção de 8 homens para cada mulher.

Nos acidentes de trânsito, morrem 75% de homens, em homicídios intencionais, 92% dos homens.

Isso tem repercussão, não só na educação, mas também na saúde, visto que, pelo cálculo do Prof. José Noronha, nos hospitais públicos e conveniados, nós temos hoje quase 1 milhão de internações, feitas para tratamento de vítimas de acidentes e crimes violentos, no Brasil inteiro.

Nessa comparação nacional, que nós fizemos no país, ficamos estarrecidos, com as taxas de morte violentas de 3 estados: Roraima, Rio de Janeiro e Rondônia, que estão beirando...Roraima está acima de 140 mortes por cada 100 mil habitantes; Rio de Janeiro está perto disso, e Rondônia um pouco abaixo.

Depois, no segundo patamar, vejam só. Dois estados desses, realmente, tiveram crescimento populacional acelerado, de pessoas vindas principalmente do Estado do Paraná, uma parte dos 2,5 milhões, que deixaram o Paraná, durante a década de 80, foi para Rondônia, principalmente, no final da década, uma outra parte foi para Curitiba. E eu vou mencionar diferenças de estatísticas entre essa região, que foi recentemente povoada pelos paranaenses que deixaram o Estado; e Curitiba, para onde outra parte se movimentou.

Mas o Rio de Janeiro não. É um dos mais antigos municípios do Brasil, abrigou a capital federal, como vocês sabem, por mais de 250 anos, e que teve um crescimento popoulacional de 1,13, na década de 80, um dos menores do país, então, não foi o crescimento populacional que explicou esse enorme avanço da taxa de mortes violentas, que no Rio de Janeiro dobrou, Rondônia e Roraima aumentaram assim 10 vezes.

Mas no segundo patamar, eu também acho interessante, porque está beirando uma taxa de 90 mortes violentas por cada 100 mil habitantes, estão Estados riquíssimos: Mato Grosso, São Paulo, Goiás e Mato Grosso do Sul foram os Estados em que agroindústria mais cresceu, e que, alguns dos quais, se consideram que a agroindústria mais cresceu, e que, alguns dos quais, se consideram os mais produtivos do país.

Mato Grosso, desses, é o único que apresenta uma taxa de crescimento populacional alta, os demais não.

Perto da média nacional, com taxas em torno de 70 mortes, estariam o DF, o Estado do ES, PE e RS. Os dois últimos perderam população, através da migração para outros estados, e o primeiro, o DF, recebeu muito menos migrantes, nessa década do que nas décadas anteriores.

Ainda mais próximos da média nacional estariam SC, AL, PR e AC. Vocês vejam que, aqui, nós temos estados da rica Região Sul, e um estado da região mais pobre do país, que é o Nordeste. E esses estados também, não apresentam o mesmo caráter de movimentação populacional.

Finalmente, os estados que apresentaram taxas de mortalidade violenta mais baixas do país, bem abaixo da média nacional, eram também os estados mais pobres MA, PI, CE, RN, PA, PB e BA.

O Maranhão é o lanterninha das mortes violentas e sofreu um incremento populacional, maior do que o RJ, do que PR, do que PE e do que o RS, onde as taxas de mortes violentas foram mais elevadas do que a média nacional.

Bom, quando a gente exclui os acidentes, esse quadro muda um pouco, com exceção do fato de que RO, RR e RJ continuam liderando as taxas de mortalidade no país.

São Paulo, por exemplo, desce de 91 para 35, Alagoas de 71 para 35 também, Mato Grosso do Sul de 89 para 36, Santa Catarina de 71 para 13,23, o que mostra que nesse Estado o

problema de acidentes de trânsito é muito mais grave, do que os outros homicídios, e por aí vai.

A outra conclusão, a que nós chegamos é que, quando nós fomos comparar os dados das capitais dos estados com os dados dos estados, é que o cenário da violência urbana, (não o cenário neste sentido da prospecção, mas no sentido de onde às coisas acontecem) é urbano, porque a média das capitais de taxas de mortes violentas, em geral ou era maior do que o estado, ou estava muito próximo dessa média.

E ainda nas capitais, as lanterninhas não apresentam nenhuma correlação com pobreza, porque nós temos as capitais de SC, do AM, do PI, de MG, da BA, do CE, do MT e do MA como as menos violentas, com taxas em torno de 20 mortes, por cada 100 mil habitantes.

E nessas capitais, estão uma das mais ricas e uma das mais pobres do país.

Bom, depois eu faço uma análise, aqui, mostrando que, por um lado, nós temos uma mesma população que se desloca para RR e RO, onde nós encontramos taxas de morte violenta altíssimas, e uma outra parte dessa mesma população se desloca para Curitiba, que tem uma das taxas de homicídios, mais baixas do país; ainda embora, quando a gente junta os acidentes de trânsito, o Paraná tenha realmente uma taxa de morte violenta muito alta.

Isso quer dizer, no meu entender, que nós temos que rever as idéias, as teorias repetidas acerca do migrante rural tradicional, inadaptado nas grandes cidades, que foi pitominizado em livros, em novelas, em filmes, etc, e que passou a fazer parte do nosso imaginário, e que está servindo, hoje, para uma série de práticas discriminatórias, especialmente dos nordestinos, especialmente no sul do país, e também, dos favelados, que são erroneamente identificados como migrantes no Rio de Janeiro.

Nós temos, ... tá vendo? não vai dar, então eu abandono o meu paper e volto aqui para as minhas anotações mais rápidas.

Bom, eu concentrei a minha reflexão, inicialmente, no problema dos jovens e eu vou voltar a esse tema, porque eu acho, que se nós não focalizarmos a juventude, nós não vamos resolver este problema, que é um problema que está criando dificuldades muito grande na execução das políticas públicas e também no processo de democratização do país. Eu acho, que hoje existe uma ameaça a esse processo, por conta da exploração, que está sendo feita, por alguns partidos políticos, alguns candidatos, acerca das conseqüências do aumento da criminalidade violenta, nas nossas cidades.

E aí, entram então as minhas tentativas de interpretação desse novo fato.

Não creio que simplesmente a nossa antiga teoria da marginalidade social, através da qual nós explicávamos uma série de problemas urbanos, pelo fato de que uma parte da população, não havia sido integrada à cidade, vá nos resolver este problema; embora eu considere, no paper que eu escrevi para vocês, mas eu não vou ter tempo de analisar, que certamente a questão do fato de que mais crianças e jovens têm que entrar no mercado de trabalho, a fim de complementar a renda familiar; e a taxa de repetência nas escolas aumentou muitíssimo entre os mais pobres, fazendo com que, de fato, a alto- imagem, a auto valorização desse jovem fosse negativa. A invés de se criticar o sistema escolar, estar se culpando o aluno repetente. São sem dúvida, fatores importantes na composição desse quadro.

Mas eu acho que não é suficiente, porque nós temos também uma globalização, não só da economia, mas da cultura, especialmente da cultura jovem. A música que os jovens brasileiros escutam é uma música internacionalizada. Eu acho que está faltando uma análise profunda, séria, a respeito da influência desse tipo de música em certas atitudes, em certos comportamentos dos jovens brasileiros.

Para não ser ligeira, eu não vou me deter neste ponto.

Mas, sem dúvida nenhuma, a disseminação do uso de drogas também tem muito a ver com isso. A valorização do uso de armas, para resolver conflitos também tem a ver com isso.

Especialmente porque certo tipo de música, especialmente, a música Funk, fortalece as identidades locais e estimula os conflitos entre identidades locais.

Existe também a própria estratégia do crime organizado, de incorporar menores, porque eles são inimputáveis, porque eles são mais ágeis, porque eles são mais dóceis, e porque eles são facilmente impressionáveis por esta cultura de valorização de uma virilidade montada na posse de arma de fogo, que é algo que está sendo disseminado, e não apenas no Brasil, mas também em vários outros países do continente americano, até mesmo nos Estados Unidos. Canadá é o único que está conseguindo se livrar disso, porque eles têm um controle extremamente severo, extremamente rígido à entrada de armas no país.

A maneira pela qual, se dá esse atrelamento do jovem ao crime organizado (além disso que eu mencionei, essa atração que essa cultura da virilidade pela posse de arma de fogo provoca) existem também a criação da dívida com o traficante e com o policial corrupto, que facilita muitíssimo essa vinculação, a partir da qual o jovem se vê envolvido no circuito de vinganças pessoais, que eles chamam também "a guerra".

A outra questão fica justamente relacionada com a engenharia institucional, que foi montada neste país para lidar com o crime e com a violência. Como nós não tivemos grandes reformas nesse sistema, a fim de enfrentarmos essas novas modalidades de crimes que, também, são globalizados. O narcotráfico, por exemplo. Nós podemos considerar o narcotráfico como uma outra transnacional que age em vários países e sem estar ligado a nenhum interesse nacional específico, e que tem tido estratégias semelhantes nesses países. Nos Estados Unidos também são os jovens que estão mais envolvidos. Eles também se organizam no final desta rede de ajudantes que ficam na boca de fumo, no ponto de venda da droga, através de um sistema de consignação que

alimenta esse sistema de dívida com o traficante, colocado numa posição hierárquica superior.

E como as instituições não foram reformadas, a fim de enfrentar este desafio no Brasil, nós temos uma situação muito pior do que é encontrada nos Estados Unidos. Por exemplo, a corrupção aqui é muito mais grave, quer dizer, os policiais não têm tido uma formação suficiente para desenvolver estratégias, e nós também estamos perdendo o rumo, porque ao contrário dos outros países, inclusive dos Estados Unidos, estamos muito pouco a atenção em políticas de prevenção e em políticas de tratamento de saúde para o usuário de drogas, e eu acho, que essas questões têm que ser enfrentadas rapidamente, a fim de que nós possamos reverter esse quadro gravíssimo que temo, hoje, em muitas cidades brasileiras, inclusive cidades do interior de São Paulo.

Era só isso que eu pude dizer para vocês.

- Obrigada, Drª Alba.

Eu queria passar a palavra à Drª Nilde Lago Pinheiro.

FALA DA DRª NILDE LAGO PINHEIRO

- Eu queria agradecer aos meus amigos do IPEA, pela lembrança do meu nome; eu acho que o nosso permanente afeto é que motivou o convite.

Queria agradecer aos companheiros de Mesa.

Eu li atentamente, esse final de semana, o texto do Dr. Jorge Wilheim, e me lembrei de que, nos anos 70, o urbano assumiu um papel de destaque, que não só no interesse acadêmico, mas também, de governo institucional. Me lembrei dos tempos do CERFAL, do plano de ação concentrada, onde os municípios, para poderem receber os recursos do fundo de participação, eram obrigados a apresentar planos diretores. Me lembrei também do Castels, cujas aulas eram muito disputadas em Paris, quando ele

lançou a questão urban. Enfim, de repente eu descobri que eu faço parte de uma geração que tanto se entusiasmou pelo urbano, e que acabou no meio ambiente.

Evidentemente que, a partir da Nova Republica, o urbano recebeu uma ação de despejo e saiu do âmbito institucional do Governo Federal. Seus pedaços foram repartidos por ministérios, talvez não muito bem-ajustados, para darem conta de tarefas como saneamento básico, recursos hídricos, habitação, que não sabiam, também, direito, onde colocar, e botaram na Caixa Econômica, porque chamaram, também, habitação; enfim, desmantelaram um seguimento fundamental

Na realidade, parece que sempre houve uma disputa entre meio ambiente e urbano, e eu sou um pouco testemunha disso.

Eu me lembro que na redação do Terceiro Plano de Desenvolvimento Econômico, o 3º PND, num dado momento, tinha que se colocar a questão ambiental, e ela foi colocada de uma forma bastante tímida, e também, levando em conta, muito mais, a qualidade de vida que se possa ter nas cidades, do que o meio ambiente, sobre o ponto de vista olístico e globalizante.

Entretanto, durante o processo da Constituinte, se dedicou de uma forma inusitada a um artigo, o 225, ao meio ambiente, se consagrando, inclusive, alguns ecossistemas como o patrimônio nacional. O caso do Pantanal, da Amazônia e da floresta Atlântica.

E no afã de querer fazer alguma coisa nova, se esqueceram de dois ecossistemas importantíssimos, que são o cerrado e a caatinga.

E muitas outras incorreções, nesse processo açodado, foram pontuadas nesse artigo 225. Hoje, quem labuta com meio ambiente sabe do que eu estou falando.

Nesse intervalo, entre a moda urbana e a moda meio ambiente. Acho que quem perdeu foi muito o urbano. O meio ambiente a partir do final dos anos 80, entrou com tudo, conforme

a criação do IBAMA, da Secretaria do Meio Ambiente, posteriormente, a nível nacional; com inúmeros Conselhos Estaduais de Meio Ambiente, organismos de meio ambiente, os famosos OEMAS; também alguns municípios que têm uma performance melhor também conseguiram institucionalizar o meio ambiente nas suas administrações; enfim, o meio ambiente foi a 200, 300 por hora, e parece que o urbano capitulou. Eu não sei, me parece que as pessoas que trabalham com o urbano, capitularam, como se nós não pudéssemos fazer mais nada, como se nós não tivéssemos mais nenhuma interferência. É impressionante que as considerações do Dr. Jorge, muito embora, pertinentes, super atuais, elas não são novas, ou seja, aquilo que motivou o texto do Dr. Jorge não tem nada de novo.

Nós temos ainda eu acho, que a miséria, por exemplo, ela se expandiu dentro do perímetro urbano. A violência talvez não fosse tão gritante tão aviltante, como é hoje, mas ela sempre existiu; o problema habitacional, em 1972, nós também não sabíamos o que fazer com favela. Em 1972, a CETESB deu um quadro dos córregos de São Paulo, 100% poluídos. A cidade de São Paulo tem aproximadamente 1900 córregos. Enfim, os problemas que hoje o urbano apresenta, talvez até de forma muito exacerbada, não são novos.

Inúmeras propostas apareceram nesses últimos 20, 25 anos, e poucas, pouquíssimas delas foram colocadas em prática.

Curitiba é sempre citada como exemplo, porque Curitiba teve a sorte de ter uma liderança ímpar na administração, criativa, inteligente, prova que conseguiu quebrar uma série de tabus, mas sempre tem aquele que acha algum defeito, mas isso é natural, dentro da própria natureza humana.

Mais enfim, eu queria só deixar claro, aqui, essa percepção entre a perda de espaço urbano, no âmbito institucional, principalmente no âmbito do nível federal, e o meio ambiente ganhando espaço. Agora, é um meio ambiente que precisa deixar muito claro, como é que esse meio ambiente ... é visto, porque, também aqui, o urbano é coadjuvante.

Se a gente reparar na estrutura de formação do IBAMA, os 4 órgãos que compuseram o IBAMA, nós vamos ver que um se dedicava à pesca, o outro à floresta, unidades de conservação e fauna, o outro à borracha, plantado ao natural, e CEMA, que tinha alguma característica urbana, quando tratava de controle da qualidade ambiental, ou seja, emissões de natureza líquida, ou mesmo de natureza particular. O restante não aparecia, você não tem cultura de meio ambiente urbano, ou seja, do meio ambiente que foi criado pelo homem, antropisado, alterado pelo homem.

De repente, nós temos um organismo nacional que trabalha com meio ambiente e não entende muito bem o meio ambiente criado pelo homem, e sim o meio ambiente da natureza, alterado pelo homem ou não.

E para quem já trabalhou com o urbano, como eu, é interessante reparar como as pessoas não se preocupam com isso. Como se o homem fosse, pura e simplesmente, o elemento predador de um cenário a ser conservado, naturalmente tem que ser, mas o homem tem que aparecer numa situação de destaque, que afinal de contas ele é, digamos assim, o ator principal desse cenário, pelo menos a meu juízo. Talvez, a forma que eu tenho de ver o meio ambiente.

E essa importância, para vocês terem uma idéia, eu pincei alguns exemplos aqui; eu acho que são curiosos para aqueles que não estão no cotidiano ambiental, mas para a gente ter uma idéia de escala de importância, a escala do meio ambiente urbano e sua importância, e a escala numa situação, vamos dizer, onde o homem aparece de uma forma bastante reduzida, na sua presença e na sua atuação.

Agora, nós estamos vivendo momentos de seca intensa, na cidade de são Paulo, e nós sabemos que há aquele fenômeno da inversão térmica, onde os níveis de poluição atmosférica atingem situações bastante perigosas, e até profundamente desagradáveis.

E esse conjunto todo, que afeta aproximadamente 9 milhões de pessoas, esse conjunto é produzido por 2 milhões. Então essas 2 milhões de pessoas produzem, de má fé, essa

poluição, porque eu também faço parte disso, eu acabo contribuindo com o meu carro ao andar na cidade. Então não existe nenhuma má fé, mas é só para vocês terem uma idéia da magnitude do problema. Então 2 milhões de pessoas, que é mais ou menos o número de pessoas que andam de automóvel, todo dia em São Paulo, produzem uma carga de poluição atmosférica que é perigosa a todo mundo, e que é tido assim como um controle muito tênue, na minha opinião.

Aparecem alguns relógios da CETESB, aparecendo ruim, regular; mas o que acarreta isso, em termos de saúde pública, é visto assim com um certo desprezo, diria até; temos que nos preocupar com a poluição. Poluição está terrível, mas você não ve nenhuma ONG profundamente mobilizada, nenhuma SOS atmosfera, alguma coisa do gênero se mobilizando para fazer com que uma situação tão incômoda para a população, para o homem, seja equacionada.

Por outro lado, dando um corte nesse exemplo, vamos para o Acre. Eu estou às voltas com um pedido de desmatamento, de uma pessoa, para 450 hectares, para que essa pessoa coloque uma agropecuária; que a gente sabe, de antemão, que não vai ser bem sucedida, nas cercanias da reserva extrativista Chico Mendes, me trazendo problemas de ordem social, de ordem política, muito grandes.

A área dessa pessoa, tem uma presença exuberante de seringueiras que vão prejudicar, se forem cortadas, a vida de um série de seringueiros que têm as suas localizações ali. Eu tenho um problema de castanheira, também com extrativismo, pessoas que vivem disso, enfim, uma pessoa causando um problema numa área de paisagem natural, envolvendo aproximadamente 200 mil pessoas se agente levar em consideração todo o Estado do Acre, com a questão do extrativismo da borracha. Uma pessoa, causando um problema, envolvendo 200 mil pessoas, e no meio do palco uma área de 435 hectares de floresta primitiva. Doutro lado, um extremo completo eu tenho 2 milhões de pessoas, que ajudam, nesse momento, a provocar um problema ambiental que acaba atingindo 9 milhões de pessoas.

Então, de repente, essas duas situações são extremamente importantes, mas nós fazemos uma grande confusão daquilo, de como a gente deve ver. Por que?

O meio ambiente, hoje no Brasil, do jeito que ele é colocado, do jeito que ele é proclamado, é o exemplo do Acre, é o exemplo da pesca, é o exemplo da Mata Atlântica, que não pode ser mexida, e assim por diante. Enquanto que o problema no urbano, se você pensar um pouco, hoje o estrago que o seringueiro faz no Rio Madeira, assoriando o rio, para retirar alguns gramas de ouro, é um estrago que merece muito mais destaque internacional, do que um córrego ou dois, ou dez, ou vinte córregos sendo destruídos, se transformando em alguma coisa que a gente não sabe muito bem, através de ocupações faveladas; não tem nenhum destaque, não pega uma linha sequer, em qualquer órgão de imprensa, seja ela escrita, falada ou televisada.

Em compensação, se alguma coisa eu fizer de errado, assim como tem alguns detratores que acham que eu fiz com o mogno, sobre o fato de eu ter colocado a posição brasileira sobre o mogno, dizendo que o mogno não está ameaçado de extinção.

Existe uma possibilidade, se não fizermos nada; mas como estamos fazendo, significa que o mogno não vai acabar.

É impressionante como os vasos comunicantes conseguiram fazer com que isso ultrapassasse fronteiras, ganhasse páginas de revistas especializadas, jornais, partidos do exterior, com a bandeira do mogno.

Em compensação, hoje nós sabemos que nas grandes metrópoles brasileiras, principalmente São Paulo e Rio, milhares e milhares de pessoas têm o seu habitat natural na rua.

Então a minha reflexão é muito em cima disso. Nós temos um urbano que perdeu um espaço institucional, as razões, ainda não são claras para mim; e um meio ambiente que veio com força total. Hoje é o seguimento de governo mais vigiado; são mais de 4 mil ONGs cadastradas, em cima do nosso trabalho, de um trabalho que é profundamente importante, mas que eu acho, que o Brasil

está fazendo um pouco de confusão sobre o tema, evidente que as coisas com as quais trabalhamos são de vital importância, que inclusive os recursos naturais nada mais são que o esteio da nossa sobrevivência. Nós não vamos sobreviver sem água, nós não vamos viver sem ter o que comer e nós não vamos viver sem ter uma qualidade de ar para poder respirar. Mas nós temos que dar a mesma importância para o meio ambiente produzido pelo homem, que eu acho que é o grande desafio desse Seminário.

O Homem, se ele produz uma paisagem boa ou ruim é porque a proposta de desenvolvimento que se coloca, que a proposta de crescimento, que a proposta política para o país tende a isso. Agora, se ele for capaz, e deve ser certamente, de produzir uma qualidade de vida condizente com condições mínimas de higiene, de alimentação, de habitação, aí evidentemente que esse homem vai produzir um espaço interessante, um espaço mais limpo, mais saudável, um espaço onde ele possa cumprir a sua função biológica, social, política, de cidadão.

Agora, que nós temos hoje uma situação institucional seguimentada, que eu particularmente acho que e poderiam perfeitamente estar juntos o meio ambiente natural eo meio ambiente antropisado; eu não vejo nenhum problema nisso, em trabalhar com ambos.

Então eu vejo que é esta a questão que nós poderíamos colocar aqui também; Que tipo de ambiente hoje nós estamos produzindo no Brasil.? Que tipo de ambiente urbano nós estamos produzindo? E não é de hoje que nós estamos produzindo, nas últimas 3 décadas, nós estamos repetindo e expandindo uma produção canhestra que não atende à qualidade de vida que se almeja.

Outros exemplos eu poderia dar; eu acho que a legislação também confundiu um pouco, porque a legislação, principalmente a norma máxima da Constituição, delegou competências, de uma forma um pouco confusa, tanto para o meio ambiente no sentido mais lato que ele possa ter, como no sentido restrito e local. Nós também trabalhamos com dificuldade para

entender isso. A legislação concorrente, quando nós somos supletivo? Quando nós não somos?

Nós temos também muita dificuldade em trabalhar num país onde ... de dimensões, nem são mais dimensões continentais, eu acho que são até extra continentais, pela natureza da sua biodiversidade, pela magnitude dos seus recursos hídricos, por ser a maior costa aproveitável do mundo hoje na medida que a maior era a da União Soviética, mas a maior parte ficava gelada o ano inteiro.

Então nós temos, vamos dizer assim, megaecossistemas e esses gigantescos ecossistemas ensejam toda sorte de biodiversidade. Então é muito complicado, porque a par dessa riqueza muito grande nós temos uma população que se espalha em 5 mil municípios, na maioria das vezes abaixo de padrões aceitáveis, seja no nível da escolaridade, do saneamento básico, da saúde pública, da educação formal.

Então, fazer meio ambiente, do jeito que ele é consagrado internacionalmente, do jeito que ele é vendido entre aspas, internacionalmente, não um país nas condições do nosso, é muito difícil; geralmente nós acabamos resolvendo de forma paliativa, e muitas vezes capitulada, porque nós não temos condições de agir de outra forma.

É muito complicado salvar o peixe-boi, em um país que tem a mortalidade infantil do Nordeste; é muito complicado, é muito complicado tentar demonstrar a importância da Mata Atlântica em regiões urbanizadas, e dizer que o pobre-diabo não pode retirar palmito, sem manejo, quando um vizinho nosso, na própria cidade de São Paulo, acha até restos humanos no lixo.

É muito complicado, eu não imaginaria que o desafio fosse tão grande. Agora, não acho, que isso sirva de motivo para qualquer tipo de desânimo e desistência. Por isso que a palavra desafio, vem, vamos dizer com um grande preâmbulo nisso tudo.

Só que nós não podemos esquecer que se a gente não fizer alguma coisa diferente, o nosso discurso poderá ficar

velho; ele já não é um discurso muito novo; quando eu cheguei aqui, o Edgar do IPEA, disse que perguntaram para ele: qual é o pessoal novo aí do urbano? Ele falou: somos nós. Como nós estamos na barreira dos 50, eu fiquei muito preocupada, então. Espero, e eu estou vendo na platéia que a faixa etária não é nenhuma Brastemp, então eu fico muito preocupada de achar que eu queria ver gente jovem, eu só vejo gente de 20 anos interessada no assunto de 25 anos. E isso preocupa, porque não há renovação de quadros não havendo renovação de quadros, não há nada instigante, e não havendo nada instigante, a gente acaba aceitando o que tem aí.

Eu queria colocar mais questões; se eu começar a falar do meio ambiente, eu não paro, porque eu mexo com 135 atribuições legais, então eu ficaria aqui dias e dias falando sobre isso. Mas eu me disponho a discutir logo mais.

Muito obrigado.

- Eu queria agradecer à Drª Nilde, e quanto ao nosso programa nós tínhamos previsto um intervalo de 15' agora, mas eu estava pensando que, dado o avançado da hora, talvez fosse conveniente emendarmos direto com o debate. Qual é a reação? Foi aceito por unanimidade.

Drª Aspázia está sugerindo 10' de intervalo.

Então 10' pontualmente, por favor.

- Eu sugeriria que quem quisesse se servir do café fosse e voltasse, mas que a gente mantivesse o Plenário em trabalho, para que nós não prejudicassemos a parte dos debates.

- Bom, eu vou aproveitar o momento de movimentação ...

Eu pediria que as pessoas se instalassem, que a gente pudesse dar continuação à parte do debate, por favor.

Eu queria também lembrar que, para a parte de debate, os participantes que estão na platéia poderão encaminhar à Mesa suas perguntas e suas colocações. Haverá duas pessoas aqui à frente, para recolherem essas contribuições, essas perguntas à Mesa, tanto aos debatedores, como ao palestrante.

Começando, eu queria fazer duas rápidas colocações.

A primeira é que, agora no intervalo, alguém falou comigo, que panorama tão negro da questão urbana no Brasil, desarticulação institucional, falta de preocupação com o urbano, um deslocamento, uma setorialização no trato dos problemas, e que não se falava dos fatos positivos.

Eu gostaria de destacar não só, dois fatos positivos, mas duas modificações grandes no urbano, em relação às preocupações que a gente tinha em relação há dez anos atrás, por exemplo.

A primeira é que a urbanização cresceu muito, 75% da população é urbana; então hoje, o desenvolvimento é necessariamente urbano. E ele pode ser urbano, porque de uma certa maneira, uma parte da questão rural foi resolvida, eu dividiria a questão rural em duas faces. Uma face de produção agrícola e a face da questão agrária e social.

Há dez anos atrás, nós tínhamos a preocupação de como tratar o problema urbano e ao mesmo tempo resolver o problema rural, de restrição de fluxo populacional para a cidade, e de como resolver o problema agrário, de reforma agrária, em que medida a reforma agrária iria desestruturar a produção agrícola, e nesse sentido prejudicar a vida das cidades ou inviabilizar o meio urbano.

Essa questão se resolveu, mais ou menos bem. A parte agrícola da produção tem uma oferta elástica a preço, então não existe mais uma preocupação de oferta agrícola; o que existe hoje, e é importante, porque uma boa parcela da população ainda é rural, ou melhor parte dos pobres no Brasil é rural -é a questão

agrária e social. Agrária no sentido não de producão agrícola, de garantir o aumento da produção ou o abastecimento das cidades, mas agrária no sentido social, de dar ao homem do campo uma possibilidade de sustentação, de auto consumo, melhoria de condições de vida e fixação no campo.

Então, isso já é uma vantagem que nós temos hoje, ao tratar do problema urbano em relação há dez anos atrás, por exemplo, onde essas coisas não estavam tão claras.

A segunda vantagem importante é a queda do ritmo de crescimento da população em geral.

Isso dá muitos graus de liberdade, que nós não podíamos nem pensar há dez anos atrás.

Em particular, o crescimento global diminuiu, e em função da crise diminuiu muito o fluxo migratório para as cidades. De tal maneira, que hoje a gente pode falar que eu pelo menos, não tenho evidências empíricas a partir de toda a importância que tem se dado ao tema de aumento de crescimento da pobreza...

E isso foi, em parte, devido à redução do ritmo do crescimento populacional. Se tivesse mantido aquele ritmo, nós teríamos uma população muito mais jovem, que são justamente, as famílias, que são mais propensas a serem classificadas como pobres.

O que está acontecendo é que o crescimento da população, apesar de atenuado, na esteira da urbanização tem havido um crescimento grande da pobreza urbana, que tem características diferentes. Quer dizer, a pobreza urbana tem características diferentes da pobreza global ou rural que nós tínhamos antes.

E nesse sentido, ela se torna rapidamente explosiva, em função dos problemas de densidade, população nas cidades, insuficiência de infra-estrutura, o desmantelamento dos laços de parentesco, que é a amizade entre as pessoas; que tornam o

ambiente muito competitivo, muito duro, muito conflituoso, e as questões de conflito que decorrem nas cidades, das divergências e desigualdades entre renda, riqueza e poder; é justamente nas cidades que se dão os maiores contrastes nesses três itens

Então, isso leva a uma violência crescente, o que se sabe, em termos de desmantelamento do tecido social.

Mas eu acho que tanto a redução do ritmo do desenvolvimento, como a solução da questão de produção agrícola, facilitam essa retomada que nós vamos poder ter do desenvolvimento em outras bases, centrado realmente mais na questão urbana espacial, em termos de sistema de cidade. E para isso, naturalmente, nós temos que nos reequipar institucionalmente, já que, nesse período de dez anos, se desmantelou todo o aparato no planejamento.

Eu não queria me alongar mais, isso era só para vocês se sentarem.

- Sônia, se você me permitir uma, mais uma vantagem, para dissolver realmente, um pouco o clima de leite derramado, para não dizer de depressão absoluta, depois dos números da Alba...

Na verdade, quando a gente falta de uma definição política: Quando eu me referi à falta, à necessidade da introdução do desenvolvimento urbano na agenda política no Estado Nacional, eu fui absolutamente injusta com determinadas manifestações que estão se dando neste país, e que conformam de alguma maneira uma aproximação com aquilo que se gostaria de chamar política de desenvolvimento urbano. Eu estou me referindo a governos estaduais e a governos municipais, que tentam, através dos seus planos diretores, traçar a política urbana. Eu quero me referir especialmente a um estado onde existe uma política de desenvolvimento urbano no sentido amplo, estrito, o que vocês quiserem, de política, com definição de beneficiários, com definição de financiamento, com estratégia de implementação, com arranjos institucionais definidos.

Eu estou me referindo ao estado do Ceará, que tem uma política de desenvolvimento urbano clara, acordada, negociada, com a presença do legislativo nessa política e articulada com outras políticas de desenvolvimento econômico regional, com políticas de recursos hídricos. E uma das expressões é como essa vantagem aparece, é um programa do Banco Mundial que não está aproveitando essa determinação, essa priorização política da questão urbana. Apenas para mostrar que tem mais vantagens por aí, que a gente não está falando.

- É, eu acho que ter vantagem também da abertura política permitiu, em diversos locais, de organização de esquemas alternativos, de organização da população, de comunidades, etc. e tal, para garantir os seus interesses, os seus direitos. Isso é muito claro, em termos do remanejamento do investimento infra-estrutural no Rio de Janeiro, por exemplo.

Bom, mais voltando aqui à vaca-fria, eu queria passar a palavra ao Dr. Wilheim, para ele responder alguns pontos.

Eu queria reiterar o convite para perguntas, por parte da platéia.

Obrigada.

-Menos para responder do que estimulado por algumas das questões, para animar debate.

Porque, uma das primeiras coisas que eu gostaria de comentar é o problema da setorização nós fizemos a crítica sobre o fato de criar visão da cidade sempre setorial, ela se liga, isso não é só aqui, isso existe em muitos países, mas ela se liga, especialmente aqui, muito ao espírito corporativista, que é um patrimonialismo. E corporativismo são duas características ou dois estilos de fazer política no Brasil. Então, essas duas coisas são marcas muito fortes, ruins mas existem, e não vamos historiar porque existem, mas muitas vezes a setorização é

mantida pela força da corporação relativa, e a falta de uma visão global da cidade também é mantida porque o setor, a corporação deste ou daquele setor, é mais forte do que, por exemplo, o setor dos planejadores, que é muito fraco. Então existe uma influência deste aspecto no lobby que normalmente faz.

A segunda observação, você faz com toda razão, Tereza. A pergunta sobre desenvolvimento pra quem e pra quê. É claro que isto é uma definição básica. Não discutimos isto hoje, talvez nem conviesse discutir.

Eu, quando falo em desenvolvimento me refiro a uma definicão de desenvolvimento, que é um cliper. Desenvolvimento significa desenvolvimento da economia, significa eqüidade social e significa qualidade de vida, na qual está incluída a questão ambiental. Se uma dessas três coisas falhar, não merece-se usar a palavra desenvolvimento. Quer dizer, se há um crescimento da economia, e por outro lado uma desertificação, nós não podemos chamar isso de desenvolvimento; isso é crescimento econômico de curto prazo, até.

Se existe uma eqüidade social total, quer dizer, total eqüidade social mas falta o crescimento econômico, nós teremos um igualitarismo, mas não poderemos chamá-lo de desenvolvimento.

E se, por outro lado, nós tivermos uma qualidade que procura ser mantida sem crescimento econômico, nós sabemos que isso é de curto prazo e que se chama estagnação. E não se chama desenvolvimento.

Então, pode-se chamar de desenvolvimento, somente, quando os três capítulos, as três pernas que o sustentam, existirem.

Nós sabemos que a gente adjetiva muito esse desenvolvimento. Já teve desenvolvimento integrado, já teve desenvolvimento sustentado; agora, e toda vez que a gente definir de novo, a gente tenta adjetivar aquilo em que no fim o adjetivo vai cair e o substantivo permanecer. Isso é a história

da cultura, nos mostra isso. No entanto, é importante que se defina sempre.

Quer dizer, indagar e definir, são essenciais para qualquer mudança. É o que os enciclopedistas fizeram no século XVIII; eles se indagavam, faziam perguntas competentes e pertinentes, e davam uma nova definição das coisas, redefiniam as coisas essenciais da cultura e da vida; então, redefinir é um ato que pode ser pré-revolucionário. É importante indagar e definir.

A outra coisa que eu queria comentar é sobre o problema da pobreza e da violência.

Nessa última reunião preparatória em Genève, para a conferência de Istambul, o Secretário Geral das Nações Unidas, Butol Gali, fez uma definição, não deu uma definição, mas toda uma frase sobre a complexidade da pobreza, e ele mostrou que no campo econômico, a pobreza significa, antes de mais nada, o desemprego. No campo social, ele acaba sendo marginalidade; no campo psicológico, ele acaba sendo alienação. E tudo isso, são provas de privação.

Então existe uma complexidade perversa e muito grande, que deve ser lembrada, quando se tratar do problema da pobreza. E alguém falou de que, acho que foi a Tereza, nunca se falou tão bem dos pobres. É claro que a gente pode achar que isto é um velho cacuete, moralista, de que a gente tem que dar esmola, tem fazer o bem dos pobres. Mas eu preciso dizer que hoje eu sou muito mais tolerante do que eu era nos meus vinte anos. Tenho boa memória.

Porque, na realidade, numa época em que a própria filantropia é redefinida e passa a ser uma coisa séria, do ponto de vista de instrumento de ação social; e nós estamos levando á sério, as fundações filantrópicas que hoje têm uma ação social não apenas assistencialísta, achamos que isso tem um futuro, inclusive, na repartição, na parceria das atividades sociais.

Então, nesse momento, nós temos que, primeiro de tudo, valorizar a compaixão e a solidariedade, porque a compaixão e a solidariedade são aqueles sentimentos dos quais estamos carentes e que permitirão garantir uma unidade social, em um período de transição em que tudo leva à ruptura da solidariedade, à ausência de compaixão e à ruptura da própria sociedade.

Para quem estiver mais interessado do que isso, eu escrevi, lancei um livro este ano, que chama "Fax, Mensagens de Um Futuro Próximo", em que eu me limito a publicar alguns fax, que eu recebi, mas que foram escritos no ano 2024, por um historiador, e ele conta o que aconteceu, que para nós ainda não aconteceu.

Aí, se revela realmente esse período de transição, em todo o aspecto dramático que é a ruptura, quase ruptura da sociedade, e neste sentido alguém falou de que nós estamos sendo muito pessimistas; eu acho que a curto prazo, talvez, a gente tenha que estar, pelo menos, preocupado.

Mas o século que vem, e que é daqui a pouco, é um século que vai se caracterizar por um novo Renascimento, isto é, por um novo Humanismo. Mas nós temos que saber como construí-lo, porque essas coisas não vêm sozinhas

E dentro deste problema todo da pobreza e da falta de solidariedade, dos riscos que estamos correndo, aparecem realmente a figura do tribalismo urbano; quer dizer, é uma figura que muitos autores usam, eu também, para caracterizar uma segregação crescente das sociedades urbanas.

Mas a defesa contra o tribalismo, contra a separação que, nos adolescentes, que nos jovens adultos, então, é marcante ...Nós vimos o problema das gangs, da sua violência, por razões aí que não são apenas sociais, são também psicológicas provavelmente ... Mas essa tendência ao tribalísmo, ele tem a sua resposta na própria cidade. A importância da criação de ambientes urbanos que valorizem o convivial, conviver junto, e todos os programas, e toda a importância da cultura, inclusive, em salvar

e em resgatar a sociedade deste risco de tribalísmo, é uma das tarefas importantes deste final de século.

Nós estamos levando a sério isto; inclusive, na organização da conferência, levantando esses pontos, a fim de poder discuti-los e fazendo até concursos e outras atividades motivadoras para reafirmar a importância desse palco urbano, como palco do convivial ou palco da solidariedade. Ele não é fatalmente um campo de guerra entre gangs.

Nesse sentido, muitos autores já escreveram sobre isso, antes, como costumam ser os artistas e os criadores que percebem essas coisas, antes. E às vezes a gente não percebe o que eles estão nos informando.

A Doris Lecing, com o livro que mostra a barbárie instituída por crianças, numa sociedade em que só permaneceram as crianças dominando, com o sadismo que às vezes as crianças têm. Então, são todos problemas de caráter cultural, mas que são muito importantes, inclusive como temas, inclusive para as estratégias e de transformação às estratégias que vão nos levar a dias melhores, logo mais.

Obrigado.

- Dr. Jorge, nós temos uma pergunta do Cleber Lago, do IPUR, que diz: Por que, na sua visão de rearticulação dos atores, capital, ONGs, municípios, legislativos, etc., não constam movimentos sociais? Ele lembra que já existe há algum tempo, o Fórum Nacional de Reforma Urbana, congregando atores importantes.

- Não, eu só esqueci de mencioná-los, na categoria ONGs. Tem ONGs, andious, sibious, tem movimentos sociais, lideranças sociais, elas estão obviamente incluídas.

- Drª Nilde está lendo uma pergunta que foi encaminhada à ela.

FALA DA DRª NILDE

- Bom, o IBAMA, ele naturalmente é Ministério do Meio Ambiente.

Da Marlene Fernandes, e a pergunta é o seguinte:

- Diante de sua visão sobre a importância dos problemas ambientais urbanos, gostaria de saber em que Ministério ..... da Amazônia legal, propõe para ajustar a sua ação institucional, a sua estrutura, a sua equipe para tratar das questões ambientais urbanas?

- As áreas de proteção ambiental dos mananciais na região metropolitana de Curitiba, por exemplo, estão invadidas pela população pobre, a quem não é oferecida nenhuma alternativa de assentamento. Na solução do problema, não se controlará, meramente, pelo rigor da fiscalização dos órgão ambientais?

Bom, o meio ambiente, da forma que ele é tratado no Brasil, é fraco, em termos urbanos. Praticamente, como eu disse, são 2 ou três episódios, que dizem respeito à área urbana, que é o controle de fluentes hídricos, de particulados que são controlados, emissões de veículos automotores e assim por diante. Não se trata de um contexto urbano, são situações que acontecem nas cidades; fora isso, nós trabalhamos com ecossistemas protegidos, trabalhamos com unidade de conservação, a fauna, a flora, pesca, floresta natural plantada, a borracha. Como você pode ver, a educação ambiental, o urbano, ele é subjacente nesse contexto.

Para você mudar a estrutura, nós estamos tentando fazer um fortalecimento institucional; só que nós trabalhamos com restrições de ordem financeira e de recursos humanos, nós, por exemplo, estamos, só para vocês terem uma idéia, só de vagas de reposição, nós estamos precisando de 540 pessoas. São pessoas que

se aposentaram, pessoas que morreram, pessoas, enfim, que se demitiram, etc., e nem isso nós estamos conseguindo junto à ASSAF. Foi aprovado, mas a coisa não deslanchou, então nós temos um problema grave, sobre isso.

Agora, o que eu vejo é o seguinte: as populações pobres não têm alternativa, por que elas são pobres, porque evidentemente que existem espaços alternativos para serem ocupados. Nós estamos aí, toda hora vendo lançamentos. O que ocorre é o seguinte: Por que que essas populações acabam se assentando impropriamente em área de mananciais ou fundos de vales, enfim, em áreas impróprias? Porque, de duas uma, ou são áreas protegidas, e daí a classe média não vai se submeter a um vexame de ser retirada à força ou passar por essa humilhação, ou são áreas que, vamos dizer, são impróprias para uma assentamento urbano, com características mais avançadas em termos de que tipo de população você vai atender, ou seja, de qualidade melhor.

Então o que eu vejo, é que o problema não passa só pela fiscalização ambiental. Evidente, que é o papel da fiscalização é pura e simplesmente ir lá e fazer cumprir a lei; é para isso que existe. Agora, cabe às prefeituras, cabe aos governos estaduais, também, procurarem alternativas para fazerem esses assentamentos. Mas eles estão ali, exclusivamente, porque são pobres. E como tal, são tratados, quer dizer, são alijados de qualquer outra oportunidade de assentamento, de habitação. São coisas que infelizmente ocorrem mesmo.

E nós estamos hoje... eu vejo que o IBAMA, ele também está descentralizando a sua atuação para os órgão estaduais e pressupomos que os estados também passem para os municípios.

Mas também sabemos que não será no curto prazo, que haverá uma solução para as áreas urbanas, no que tange ao caráter ambiental nós não temos pessoas, não temos mão-de-obra para trabalhar nessa área, exatamente, por essa tradição setorial que nós temos de meio-ambiente.

- Obrigada.

Professor Wilheim tem ainda uma pergunta, e depois dessa pergunta, que ele vai atender agora, se não houver mais perguntas, a gente passará para a parte de..., então mais uma pergunta aqui.

- Um minutinho só, Sônia. Eu gostaria de pedir paciência a todos os participantes, porque a sala de som nos informa que a música, aparentemente, foi um problema técnico, surgido no sistema, em função de algum microfone do ambiente, que se transformou em antena de captação; então, vocês têm que ter paciência, porque o problema não vai ser resolvido até amanhã.

- Bom, então por favor, Prof. Wilheim.

FALA DO PROF. JORGE WILHEIM

- O Marco Gelman, do grupo ambientalísta Defensores da Terra, está preocupado com a alcalinidade. Eu devo ter me expressado mal, de que haveria uma ... eu teria afirmado que o processo de abertura democrática poderia ser retardado para não causar a volta ou o retorno do coronelismo ou uma eventual forma de poder a ele semelhante.

Eu estava me referindo à descentralização, e não à abertura democrática; não tenho nenhuma restrição a nenhum tipo de abertura democrática, é claro. Eu estava dizendo que "não à descentralização" representa uma conquista democrática positiva, que no entanto deve ser sempre considerada no seu contexto; porque podem chegar em certas regiões do mundo, ou mesmo do Brasil, momentos em que a descentralização, levada ao extremo, possa deixar decisões que não são tomadas democraticamente, por causa da estrutura de poder em certas regiões mais atrasadas do país. Mas nenhuma restrição à abertura democrática ou a qualquer tipo de prática democrática, no entanto.

- Drª Tereza Lobo, por favor.

FALA DA DRª TEREZA LOBO

- Eu vou ler a pergunta, para ver se eu entendi.

E, o Vladimir da ANSUR, vai me ajudar, por favor.

- É cada vez mais claro o pouco caso dos nossos Governos Federais com as políticas urbanas. Por exemplo, o Fundo Social de Emergencial desvinculou as verbas do IPMF, que estavam destinadas à habitação popular, cortando cerca de 90% das verbas orçamentárias destinadas a essa área. O Governo Federal entende a questão urbana como intrínseca do desenvolvimento ou somente contínua a vê-la como mera política compensatória? Por que?

Essa pergunta, ela vale R$ 1 000.000, e não só mais dólares. Se alguém aqui conseguisse responder essa pergunta, ela não seria um problema.

Em primeiro lugar, o Fundo Social de Emergência, na minha opinião, não foi política urbana, não foi com a política compensatória, absolutamente. Foi um mecanismo encontrado para se fazer um juste orçamentário, um ajuste que de alguma forma garantisse o controle do déficit fiscal, para que o plano de estabilização pudesse se encaminhar.

Segundo. O Governo Federal entende a questão urbana como intrínseca do desenvolvimento ou somente contínua vê-la como mera política compensatória?

Do meu ponto de vista, o Governo Federal não entende questão urbana, não sabe o que é questão urbana, não está preocupado com a questão urbana, e por isso eu fiz a ressalva dos governos estaduais e os governos municipais, que estão muito mais atentos para essa questão.

O Governo Federal tem repetidamente insistido na visão que o Prof. Wilheim mostrou, fragmentada, desarticulada, porque essa, sim, atende muito melhor os interesses corporativos e clientelísta deste país.

Política compensatória então, jamais. Essa, neste país, ainda está para ser discutida, quanto mais implementada.

Desculpe, mais não sei responder.

- O Secretário Municipal de Itaboraí, Dr. Fernando Antunes, pergunta como fica a situação dos municípios de periferia nas regiões metropolitanas, que possuem características de economia rural e que sofrem o impacto da urbanização acelerada e desordenada, própria da expansão da metrópole.

É uma pergunta pertinente. Mencionei, muito por alto, que se deveriam estudar as novas formas e os novos padrões de urbanização. Não é dito que apenas aquela que nós conhecemos, que é a metrópole com as suas ... polarizando outras cidades, deveria ser o padrão para todos os tipos de urbanização, neste mundo que se urbaniza. Nós temos que pensar nas regiões urbanizadas, na articulação de municípios e de zonas urbanas de municípios sem a sua conurbação, e temos que pensar o que é importante no novo nexo rural urbano; quer dizer, com as novas formas de produzir que estão se iniciando em todo o mundo, inclusive no Brasil. É provável que uma descentralização no sistema de produção ocorra e, que, portanto, a função das cidades pequenas, próximas dos polos grandes, seja diferente do que foi no passado. Isto já está ocorrendo na Alemanha, está ocorrendo na Inglaterra, está ocorrendo nos Estados Unidos, não sei se vai ocorrer no Brasil, mas vale a pena estudar o caso, quer dizer, essa nova relação que se dá de campo, numa sociedade urbanizada, ou em grande parte, é mais de 50% urbanizada e contando com uma tecnologia que muda a estrutura de emprego. Neste sentido um dos nossos associados na conferência é a Organização Mundial de Alimentos e Agricultura, a FAO, e a ela nós pedimos, eu acho, que esqueci de mencionar, que fizesse um colóquio no ano que vem, para discutir a nova relação cidade/campo, e para isto, nós já encomendamos um primeiro paper, um trabalho do Inácio Saquez, que está preparando um documento-

base, para ser discutido na FAO e depois ser apresentado para quem participar desses colóquios.

- Bom, há uma pergunta aqui do Cetório Mendes de Homena. Ele pergunta: o que é área degrada, o que é plano piloto, o que é plano diretor? Eu não sei se aqui é o fórum adequado para responder isso. Eu acho que são figuras ligadas ao planejamento urbano, que tenderiam a dar organicidade ao processo de planejamento urbano. O plano diretor é obrigação do município, de ter um plano aprovado por lei, que dê direção estratégica do crescimento daquele município, em termos de prioridades, em termos de orçamento, planos de longo prazo aos municípios e que justificaria as ações ao longo de cada um dos anos, no seu orçamento.

Há uma outra pergunta aqui.

Wagner Morgan, para quem é essa pergunta, por favor?

- Jorge Wilheim.

FALA DO PROF. JORGE WILHEIM

- Prof. Wagner Morgan.

Eu vou ler, porque não cheguei a ler.

"Política nacional de apoio às cidades, em função do tamanho". Esta frase foi citada na palestra. O que entende neste sentido?

Realmente não queria me estender. Uma política nacional de apoio à cidade varia nos seus objetivos; quer dizer, uma coisa é o apoio às grandes metrópoles e áreas conurbadas, e outra coisa é apoio às cidades médias; outro é apoio às cidades em franja pioneira, de fronteira, e assim, por diante. Então suponho que os

apoios devam alterar em função do próprio papel que a própria cidade desempenha no desenvolvimento e nas suas necessidades.

A segunda pergunta é: Como se entende a idéia de uma política nacional de apoio às cidades? Seria um apoio às cidades ou ao município?

Não, eu acho que não há, como de fato; no nosso caso é município, em outros países as figuras são diferentes. Então, na realidade não é só às cidades, seria aos municípios. Mas acontece que, quando se fala numa política urbana, é dentro dos municípios aquilo que é urbano. É a isso que eu estava me referindo, não que a parte agrícola deste nosso país, que também está em algum município ou em muitos municípios, não deva ter alguma política de apoio. Mas é que nós estamos nesse Seminário, destacando o aspecto urbano, que não tem sido apoiado ou que não tem sido sequer, conceituado.

- Bom, a última pergunta. Você quer responder rapidamente? Ela vai responder rapidamente uma última pergunta e nós encerramos as perguntas.

- A pergunta que me endereçaram, me pede para comentar a relação estabelecida pelo Dr. Jorge Wilheim, entre tribo e espaço urbano.

Bom, não é exatamente o Prof. Jorge que faz essa relação; são vários antropólogos urbanos e sociólogos que passaram a falar de tribalísmo. As questões levantadas acerca desse uso são várias.

A primeira, que há uma óbvia apropriação de um termo que vem das sociedades primitivas e que funciona com uma lógica inteiramente diferente da sociedade urbana, para este problema que nós estamos vivendo, até porque os laços numa sociedade primitiva estão complexamente baseados em relações de parentesco, e não é o caso, em absoluto, das chamadas tribos urbanas, e isso

nos leva a equívocos na análise dos conflitos que resultam dessa visão do tribalísmo nas cidades.

Mas eu gostaria de fazer um comentário aqui, sobre algo muito importante que o Dr. Jorge mencionou, que é a questão da solução para esses conflitos locais, que eu não uso o conceito, pelas razões que eu apresentei anteriormente, que é a utilização de um espaço urbano que todas as cidades têm, espaço da convivência; tem espaço da solidariedade as cidades, como nós sabemos; as ruas são vias públicas, as praças são locais de encontro; enfim, existem muitos equipamentos culturais que são voltados a esse tipo de encontros, de comunicação; mas eu acho, que a utilização desse espaço é que está em questão, e não a existência dele num ambiente urbano. Então, me parece que isso depende muito mais de iniciativas, que vão sendo tomadas, até mesmo por arquitetos, teatrólogos, etc., de fazer com que esses problemas urbanos, esses conflitos, sejam discutidos pelas populações atingidas, prioritariamente, por eles.

Um exemplo, que é um exemplo que deveria ser repetido, em outras áreas do Rio de Janeiro: em Vigário Geral, onde aconteceu o massacre do ano passado (vai agora completar um ano, dia 28), vai haver, lá uma grande comemoração. Organizou-se um grupo de teatro em que jovens "funqueiros", jovens traficantes, estão sendo convidados a participar de uma encenação de uma peça de teatro, que é muito próximo de uma ópera tipo Was Side Histore do Rio de Janeiro, para se fazer comentários e reflexões sobre as rivalidades entre favelas próximas daquela área. Bom, e os resultados são impressionantes; vai ser apresentado justamente pela primeira vez, na comemoração do aniversário do massacre de Vigário Geral.

Aí está uma iniciativa que se vale de um espaço de conviviabilidade muito pequeno que existe naquela favela, mas que certamente, acho, trará frutos para a socialização daqueles jovens que moram lá.

E eu acho que essa experiência deveria ser repetida em muitas favelas do Rio e em vários outros locais do Brasil, onde esse problema existe.

- Bom, nós terminamos essa parte do debate, eu queria agradecer a todos que participaram, à Mesa particularmente.

SESSÃO DE COMUNICAÇÕES

E nós passamos agora à uma sessão de comunicações.

- Na Sessão de comunicações houve uma pequena alteração do programa inicialmente anunciado, então nós queríamos pedir ao Prof. Cândido Malta, da USPI, que faça a sua apresentação; é um comunicado, e dentro dos comunicados, como estava previsto, não cabem debates, simplesmente uma comunicação. Ele quer fazer uma comunicação sobre política urbana e desenvolvimento no Brasil.

FALA DO PROF. CÂNDIDO MALTA (USPI)

- Falar daqui, ganha uma certa importância.

Bom, eu quero agradecer essa oportunidade que me dão, de expor brevemente essas considerações.

A questão, que me parece uma questão que deve ser introduzida aqui no debate, e que de alguma forma foi deixada de lado, talvez por uma cautela em tratar assuntos, de certa maneira delicados, é a questão de uma luta que nos parece importante, ocorre nas cidades, mas não nas cidades, também no espaço rural, que é um... através de um investimento público. A ocorrência de uma valorização do solo e apropriação por parte dos proprietários do solo dessa valorização.

Bom, qual a importância que isso tem, em nosso debate?

Aqueles que, como eu, têm participado há tantos anos da gestão urbana, ou através da universidade na pesquisa desse

assunto ... temos verificado que uma grande parte dos recursos destinados às cidades, são investidos em determinadas obras de pouco interesse popular, e na realidade de interesse de alguns pequenos grupos que se beneficiam, sejam ele proprietário do solo, sejam eles algumas construtoras ou empreiteiras que se beneficiam de obras a preço, diríamos, mais elevado do que a prática internacional.

E hoje, nós temos visto, nos últimos anos, uma denúncia desse processo, e ele alcançou grande repercussão no país, a ponto até de termos feito um impeachment de um presidente. Com base neste tipo de argumento, nos meus embates como profissional, eu tenho enfrentado essa questão, quase que, não digo mensalmente, mas com uma grande freqüência. Como eu tenho propugnado pela defesa dessas posições, acabo sendo vítima de interesses que retiram trabalhos profissionais ou impedem ou dificultam a pesquisa acadêmica. Os interesses são muito grandes. Uma simples mudança de zoneamento urbano pode promover milhões de dólares ou milhões de reais de lucros, de lucros derivados do investimento público. O planejamento urbano, eu entendo, ele não se impõe porque ele contraria esses interesses; nem sempre, às vezes, o planejamento urbano pode ser feito para dirigir esses interesses para determinados locais. Então, quando não se compreende, porque o planejamento urbano está tão desprezado, é porque não se aprofunda a natureza dos interesses em jogo; quer dizer, se nós penetrarmos na análise desses interesses, nós vamos descobrir que são eles que estão comandando, em muitos municípios, a política urbana.

Então, não é propriamente que não exista uma política urbana; ela existe, mas ela está a serviço desses interesses, e portanto ela não pode se expressar através de documentos públicos, e nem privados. Isso a nível de município. A nível de Estado e a nível de União, esse jogo não difere muito. No período militar, de alguma forma, tivemos política urbana, o que é uma coisa paradoxal, porque nós poderíamos esperar, com a instauração da democracia ... nós pudéssemos ter uma política urbana mais, com mais respaldo da sociedade, e o que nós vimos foi justamente o oposto; nós vimos a introdução de práticas populístas. Mas a retomada, de certa forma, de práticas populistas que produzem

essa atomização do Estado; quer dizer, a setorização não é o resultado de uma ignorância do dirigente, ou do político, é uma prática planejada. É interessante a gente pensar assim: que a falta de planejamento é planejada. Quer dizer, ela é do interesse de determinados grupos.

Quando se implodiu o BNH, pudemos levantar uma hipótese de que o que estava em jogo era o acesso àquele fundo de custo baixo, ali representado pelo FGTS, mas também pelas cadernetas de poupança, um fundo de custo baixíssimo, face às taxas de juro praticadas no Brasil. Esta hipótese, é claro, não está ainda comprovada; nós temos que ... Tereza, por exemplo, isso eu não sei por quê? Mas nós temos que fazer pesquisa nesse sentido, para verificar hipóteses como essa. Houve uma apropriação desses recursos, por determinados setores do governo e do setor empresarial, que retiraram esses recursos desse setor, da construção civil ou da produção habitacional, ou da infra-estrutura urbana.

Reparem agora, elas têm um documento, aqui, que faz parte dos documentos distribuídos, eu acho que do Fernando Resende, que discute o destino do FGTS.

É a grande questão: para onde vai esse dinheiro?

Quem é que vai ter condição de obtê-lo, gerênciá-lo, de que forma? É uma grande questão. Estamos tentando reconstruir, de alguma forma, um sistema de financiamento. Mas nós temos que tentar entender esse jogo. Temos que abrir essa discussão; quer dizer, eu não vejo por que a gente querer evitar esses assuntos, afinal, nós estamos numa sociedade democrática, temos que poder falar essas coisas e debater.

Essas políticas sociais compensatórias, Tereza disse que não têm sido praticadas. Quiçá, devéssemos ter essas pesquisas sociais compensatórias, mas é o máximo que concedem ao urbano, é considerá-las política social compensatória, da mesma forma que fazem com a saúde e a educação; é o máximo, não as praticam, mas admitem na teoria que se tivesse que ter uma política, deveria ser assim, da mesma forma no meio ambiente,

quer dizer, o meio ambiente é sempre visto assim, política social compensatória.

Essa é a forma pela qual nós vamos recuperar a questão urbana ou o meio ambiente, de uma forma geral? Entendo, que não, enquanto ela for resíduo de outras políticas, que é o caráter dessa idéia social compensatória; nunca ela terá o papel que nós entendemos que deva ter.

Aí é claro, há uma questão de forma de pensar, mas sempre que refletem essa forma de pensar, esses interesses que estão por de trás. Eu entendo que é sempre assim, que as formas de pensar se desenvolvem ou não.

No meio dos economistas, não há nenhum entendimento do que seja o urbano. Eu estou exagerando um pouco; claro que existem alguns, muito poucos, que pensam o urbano; muito poucos.

Aliás um deles estará presente aqui, estou ansioso para ver o que ele terá a nos dizer, que é o Carlos Lessa, mas no geral eles não pensam o urbano. Tenho conversado muitas vezes com eles. Eles ... não é meio complicado isso? essa coisa da renda fundiária, a gente não consegue entender bem que jogo cumpre. E esse papel do urbano no conjunto das forças econômicas, quando muito, entra pelo lado das deseconomias de aglomeração. E nós estamos vendo, aí, as deseconomias aumentarem enormemente. Não se levanta isso.

O IPEA, poderia ter levantado isso: quais são essas deseconomias urbanas que podem estar prejudicando enormemente a capacidade produtiva do país? Então, isso não está levantado; deveria estar sendo levantado, para poder nos alavancar diante dos economistas.

O Luciano Coutinho, há pouco tempo, fez uma pesquisa sobre política industrial, uma pesquisa de altíssimo nível, com recursos abundantes, U$ 1 milhão. Pois ele pesquisou todos os setores, menos o da construção civil, não é considerado a construção civil, indústria. Embora a construção civil se chame indústria, ela se entende como indústria não é assim que os

economistas entendem, não entra dentro da preocupação; é social, não é indústria.

E toda questão da produtividade, dentro dessa indústria, não é considerada.

Mencionou-se aqui, acho que com razão, que no setor agrícola o Brasil avançou porque, de certa forma, houve uma política agrícola de desenvolver a agroindústria, como não está havendo na produção do espaço urbano, do espaço edificado da construção civil. Hoje, é o setor mais atrasado do país, pelo menos com essa idéia; vamos pegar um setor atrasado e vamos desenvolê-lo, vamos fazer com que ele consiga atingir os níveis dos demais, nem assim é formulada a política de desenvolvimento do país, não é nem entendido como indústria.

Agora, essa questão da construção civil se desenvolver, enquanto indústria, passa pela discussão da renda fundiária.

Por exemplo, no setor incorporador, quem analisa o setor incorporador sabe o que ele tem. O lucro do setor incorporador tem dupla origem: o lucro fundiário, obtido na valorização do terreno, e o lucro advindo da produção da edificação, que é um lucro industrial.

É possível o setor incorporador se desenvolver e passar a ter cada vez mais lucro na indústria da construção civil, e não na propriedade do solo; possível. Nos países do capitalismo avançado, é isso que ocorre; nos países do capitalismo mais avançados que são as sociais democracias, o solo até chega a ser público, como muitos de nós sabemos, e nós estamos aqui no Brasil , tentativamente, tentando regular essa propriedade mobiliária com esse sentido de reduzir o lucro de caráter especulativo ou fundiário, para que se amplie o lucro de caráter industrial, e isso fará avançar a construção civil, no setor da corporação. O setor empreiteiro, esse tem tido mais proximidade com essa postura industrial, porque o ganho advém de um aumento de produtividade, na produção daquelas obras contratadas a preço fixo; quer dizer, se o preço é fixo, o lucro será tão maior quanto maior for a produtividade dessa empresa. Então, o setor

empreiteiro tem mais proximidade com essas posições mais avançadas, mais de um capitalismo, mais voltada à produção, ao aumento da produtividade, que é uma pré-condição para o Brasil conseguir produzir mais riquezas.

Nós podemos fazer a hipótese de que o que está em luta aqui no Brasil são dois tipos de capitalismo: um capitalismo predatório e um capitalismo produtivo.

Essa política antiinflacionária é para reduzir o espaço do capitalismo predatório. Esse que ganha dinheiro só aumentando o preço, puxando o preço pra frente; monopólio, os oligopólios, e mesmo muitos empresários que agem assim, não sendo oligopólios ou monopólios ...O plano real, entendo, tem esse sentido... Então, eu acho que nós temos que entender por aí; quer dizer, a nossa postura deve ser tentar entender o urbano e o meio ambiente dentro desse conexto.

Eu participei de um Seminário da ONGs, como relator, para a questão urbana, examinamos a agenda 21 e verificamos que a agenda 21 era muito genérica, mesmo abstrata; que dizer, não tinha um vínculo concreto com a nossa realidade brasileira, o que aliás não poderia ser diferente, na hora que você vota. O Jorge vai encontrar esse problema, à testa do Habitat, se para tirar um documento consensual, em nações tão disparatadas, esse documento acaba ficando em um nível de abstração que não se aplica a nenhuma realidade. Eu até proporia a ele, que tentasse encontrar nações com uma problemática semelhante, que formulassem suas proposições em função dessa realidade que, de alguma forma, permita uma base comum, para evitar o que aconteceu no Rio-92.

Então, o que nós fizemos nessas reuniões da ONG? uma reformulação das diretrizes do meio ambiente, tendo em vista a questão urbana, e foi nessa linha que eu estou aqui defendendo. Esse tipo de posição foi acatado, e foi por ali que nós, então, estamos nos posicionando, eu poderia até um pouco, ao falar assim, estar me referindo a essa reunião, que ateve esse resultado. Esse é no nível da política macroeconômico. No nível do local, eu só queria que nós deveríamos procurar desenvolver alguns mecanismos que fortaleçam no embate desses interesses, o

interesse dessa população sofrida que não tem tido muitas oportunidades de ser voz ouvida, nos debates urbanos. Uma forma de fazer isso é fazer planos de bairro; e um pouco, retomando essa discussão que eu estava ouvindo agora há pouco, não do tribalísmo ou das tribos urbanas, mas das comunidades que devem se organizar melhor.

Eu quero trazer aqui a notícia de uma trabalho feito pelo governo do Estado de São Paulo; nesse momento, nós estamos terminando o trabalho de 6 planos pilotos de bairro, em que a Secretaria de Educação do Estado (veja qual é o órgão promotor). Secretaria de Educação do Estado, para vincular melhor a escola ao território, à comunidade a que ele serve, propõe esses planos. Só que esses planos, nós propomos que sejam assim, os mais abrangentes possíveis. E a que nível de abrangência a gente chega?

A idéia é formular um plano diretor de bairro, capaz de dar conta de tudo que o bairro precisa, para uma lotação, para uma população que lotaria aquele bairro, e nós chegamos aí, ao orçamento do bairro. Isso está se revelando um instrumento de conscientização daquela população e de participação na discussão orçamentaria municipal, eventualmente até estadual, como nunca eles tinham tido acesso. Nós estamos conseguindo, por exemplo, saber quanto tem que gastar, para você urbanizar e dar essa urbanização para esse habitante, na periferia de São Paulo, na grande São Paulo da região metropolitana, bairros assim extremamente pobres, os mais pobres da região metropolitana, e estamos verificando que para você completar a urbanização precisaria U$ 300 por habitante.

Eu vou contar para vocês rapidamente, uma discussão com o prefeito de Santana do Parnaíba. Esse trabalho foi levado ao prefeito, aí a questão que se levantou é: terá essa prefeitura condição de urbanizar esse bairro? Eu vou rapidamente mostrar para vocês como é possível lidar com esses números.

Perguntei.: qual é o nível de investimento que essa prefeitura tem? Santana do Paranaíba é uma pequena prefeitura, que tem hoje 50 mil habitantes. 8 milhões de dólares por ano é a

capacidade de investimento, não de custeio, só de investimento, e os habitantes que cabem nesse bairro planejado, são 20 mil. A U$ 300 por habitante, são necessários U$ 6 milhões. U$ 6 milhões o que significa no orçamento face a demanda global do município? Perguntei quanto tempo levaria para que esse bairro, que nós estávamos considerando, ficasse lotado, isto é, que demandasse todos os serviços planejados? 7 anos. Em 7 anos, seria lotado o bairro, e precisaria dos U$ 6 milhões. Qual o dinheiro disponível pela prefeitura naqueles 7 anos? 7 vezes 8, que eram os U$ 8 milhões de capacidade de investimento. Então deu 56.

- Alberto, pediria para você ir abreviando, para terminar.

- Estou terminando.

E aí nós fizemos o raciocínio de qual a necessidade do global da população do município; eram 90 mil habitantes vezes 300, U$ 27 milhões. Então tendo 56, precisaria 27, sobrariam 19. Estava demonstrado ali, que Santana do Paranaíba, pode dar toda a infra-estrutura que o município precisa em 7 anos, ainda iam sobrar U$ 17 milhões. Mas o que acontece nas prioridades dos prefeitos em geral? Fazem algumas obras, ou de grande impacto eleitoreiro, tipo a obra faraônica, ou então fazem obras de custos muito alto, e aí não sobra obra para essas pessoas que moram nas periferias urbanas. E essa população não tem controle sobre isso, porque não sabe esses números que esse tipo de planejamento passa a poder dar.

No caso de Belém do Pará, onde fizemos a assessoria do plano diretor, fizemos esse mesmo tipo de orçamento. Quanto ia custar a Belém do Pará urbanizar todos os serviços no período do plano diretor, 20 anos? Deu lá um certo número que eu não me lembro mais, cento e tantos milhões de dólares. Qual era a capacidade de investimento do município? Exatamente aquela, fazendo projeções, vamos dizer, conservadoras, na década de 80, considerada década perdida; fizemos com base nesses dados, extrapolamos essa capacidade de investimento, e o dinheiro dá.

Campinas em São Paulo, parece que a prefeitura está quebrada, muito mais rica do que Belém. Como é que pode estar quebrada a prefeitura de Campinas, muito mais rica que Belém? Quer dizer, há um desconhecimento desses dados, e nós então vemos prefeitos chorando a falta de recursos, sem ter noção de quanto eles precisam, sem ter noção de quanto eles dispõem, porque não têm esse planejamento básico. Então, é um país totalmente descontrolado, em que pequenos interesses manipulando o orçamento, o clientelísmo político, quer manter essa situação.

A minha esperança, é que o quadro se degrade tanto, que nós despertemos para o urbano. Parece que temos que esperar por aí, quer dizer, uma degradação que atinja um tal nível, que leve essas pessoas que hoje acham que "não, esse negócio aí vamos tocando com a barriga, porque de algum jeito isso se resolve", e desprezam toda essa institucionalização que nós estamos aqui defendendo. Veja o número de pessoas tão pequeno para um assunto tão importante, refletindo esse descaso, essa despreocupação. Talvez tenhamos que esperar por isso, que é uma situação tão piorada... leve a esse despertar, que infelizmente...

Obrigado.

- Com essa apresentação, eu queria encerrar os trabalhos dessa tarde, agradecendo, a todos que participaram e a todos os palestrantes, esse debate tão proveitoso que nós tivemos à tarde.

Muito obrigada a todos.